

### MESA DIRETORA

#### JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;  
Deputado Jorge Everton – PMDB;  
Deputado Coronel Chagas – PRTB;  
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;  
Deputado Brito Bezerra – PP;  
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e  
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;  
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;  
Deputado Valdenir Ferreira – PV;  
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e  
Deputado Odilon Filho – PEM.

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;  
Deputado Evangelista Siqueira – PT;  
Deputado Masamy Eda – PMDB;  
Deputado Chico Mozart – PRP; e  
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;  
Deputado Evangelista Siqueira – PT;  
Deputado Naldo da Loteria – PSB;  
Deputada Chico Mozart – PRP;  
Deputado Zé Galeto – PRP.

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;  
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;  
Deputado Jorge Everton – PMDB;  
Deputado Odilon Filho – PEM; e  
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;  
Deputado Jânio Xingu – PSL;  
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;  
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e  
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;  
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;  
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;  
Deputado George Melo – PSDC; e  
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;  
Deputado Valdenir Ferreira – PV;  
Deputado Jânio Xingu – PSL;  
Deputado Zé Galeto – PRP; e  
Deputado Izaias Maia – PT do B.

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;  
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;  
Deputado Jânio Xingu – PSL;  
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;  
Deputado Izaias Maia – PT do B;  
Deputado Zé Galeto – PRP; e  
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;  
Deputado Izaias Maia – PT do B;  
Deputado Dhiego Coelho – PSL;  
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e  
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;  
Deputado Jorge Everton – PMDB;  
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;  
Deputado Ângela Águida Portella – PSC; e  
Deputado Naldo da Loteria – PSB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;  
Deputado Odilon Filho – PEM;  
Deputado Brito Bezerra – PP;  
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e  
Deputado Masamy Eda – PMDB.

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;  
Deputado Masamy Eda – PMDB;  
Deputado George Melo – PSDC;  
Deputado Jânio Xingu – PSL; e  
Deputado Brito Bezerra – PP

#### Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;  
Deputado Mecias de Jesus – PRB.  
Deputado George Melo – PSDC;  
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e  
Deputado Izaias Maia – PT do B.  
Suplentes:  
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e  
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC.

#### Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;  
Deputado Odilon Filho – PEM;  
Deputado Francisco Flamarion Portela – PTC;  
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e  
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

#### Atos Administrativos

- Resoluções nº 2249 a 2267/2016 - DGP 02

#### Atos Legislativos

- MEMO/DACPL/Nº 020/2016 04

#### Atas Plenárias

- Ata da 2511ª Sessão Ordinária - Íntegra 04

- Ata da 2516ª Sessão Ordinária - Íntegra 11

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº 02249/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º TORNAR SEM EFEITO** a Resolução nº 02248/2016 de 15.09.2016 publicada no Diário da ALE nº 2363 de 16.09.2016, em virtude de duplicidade de emissão, em relação a servidora **Valeria Villanoeva Seabra**, restando em vigor a nomeação da Resolução nº 02158/2016 de 06.09.2016, publicada no Diário da ALE nº 2357 de 08.09.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02250/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **Elisama Castriciano**, matrícula 11856, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02251/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Elisama Castriciano**, matrícula 11856, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02252/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **Eliane Carneiro Chaves**, matrícula 17001, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02253/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Eliane Carneiro Chaves**, matrícula 17001, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-12, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02254/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **Emanuela Wanderley de Almeida**, matrícula 12912, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02255/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Emanuela Wanderley de Almeida**, matrícula 12912, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02256/2016-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **Francisco Chagas Saraiva**, matrícula 16312, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02257/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Francisco Chagas Saraiva**, matrícula 16312, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02258/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **Maria Tereza Ferreira dos Santos**, matrícula 16304, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02259/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Maria Tereza Ferreira dos Santos**, matrícula 16304, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02260/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, a servidora **Erica Fernandes de Sousa**, matrícula 17982, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02261/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Alcione Maria Santos da Silva**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02262/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **Harisson Lucas dos Santos**, matrícula 18356, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalser Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02263/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Apoenne de Lis Aniz Pinto**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02264/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **José Ubiratan Duarte**, matrícula 17555, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02265/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Frank da Silva Sousa**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02266/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Exonerar**, o servidor **Sara Duarte Maduro**, matrícula 16331, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31 de agosto de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 02267/2016-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, em

conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear Michael Geovani da Silva Barbosa**, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2016.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**

Presidente

**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva**

1º Secretário

**Deputado Marcelo Mota de Macedo**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS**

**MEMORANDOS RECEBIDOS**

**MEMO/DACPL/Nº 020/2016**

Boa Vista, 16 de setembro de 2016

Da: Diretoria de Assistência e Controle ao Processo Legislativo

Para: Publicação do Diário da Assembleia

Reiterando o Memo nº 312/2016 (DATAGED), Solicitamos a tornar sem efeito a publicação do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2016, publicado no Diário da Assembleia nº 2363 de 15/08/2016, conforme protocolo nº 1681/2016.

Atenciosamente,

**Aldenice Josefa de Melo Albuquerque**

Diretora de Assistência e Controle ao Processo Legislativo

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2511ª SESSÃO, EM 09 DE JUNHO DE 2016.  
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSNER RENIER.**

Às nove horas do dia nove de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima décima primeira Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria**, que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 39, de 08/06/16, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 008/15 que "Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 198, de 03 de agosto de 2012, sobre a reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitário, de que trata o Art. 151, parágrafo único, da Constituição de Roraima, e dá outras providências".

Mensagem Governamental nº 40, de 08/06/16, comunicando veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 009/15 que "Altera o caput do Art. 86, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, e assegura ao Servidor o Direito à licença com Remuneração para Desempenho de Mandato Classista".

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Indicação s/nº, de 23/05/16, da deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para a recuperação total das Vicinais 29 e 31, Município de São João da Baliza – Sul do Estado.

Indicação s/nº, de 23/05/16, da deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para a recuperação total da Vicinal 28, Município de São João da Baliza – Sul do Estado.

Indicação s/nº, de 30/05/16, da deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para a reforma da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, situada na Vila da Penha, Colônia do Apiaú, Município de Mucajaí/RR.

Requerimento s/nº, de 08/06/16, do Deputado Brito Bezerra e outros, ao Presidente desta Casa Legislativa, requerendo que a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias acompanhe a determinação do cumprimento da execução de pena do ex-Governador Neudo Campos.

Requerimento s/nº, de 08/06/16, do Deputado Jorge Everton e outros, ao Presidente desta Casa Legislativa, requerendo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima.

Projeto de Resolução Legislativa nº 004/16, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a reposição salarial dos servidores da ALE/RR, e dá outras providências”.

Projeto de Resolução Legislativa nº 005/16, de autoria da Mesa Diretora, que altera o artigo 1º da Resolução Legislativa nº 021/11, que “dispõe sobre o auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-escola, instituídos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Projeto de Resolução Legislativa nº 006/16, de autoria da Mesa Diretora, que altera o anexo único da Resolução Legislativa nº 001/15, que “dispõe sobre a verba de gabinete parlamentar, e dá outras providências”.

Projeto de Resolução Legislativa nº 007/16, de autoria da Mesa Diretora, que altera os anexos I, II e III da Resolução Legislativa nº 009/11, de 6 de julho de 2011, e suas alterações, sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

Projeto de Resolução Legislativa nº 008/16, de autoria da Mesa Diretora, que altera o parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução Legislativa nº 021/11, que “dispõe sobre o auxílio-alimentação, auxílio-saúde e auxílio-escola, instituídos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

**DIVERSOS:**

Ofício nº 178, de 06/06/16, da Câmara Municipal de Boa Vista, solicitando o apoio e a Cooperação Técnica para realização de licitações na modalidade pregão, a esta Casa Legislativa Estadual.

Carta s/nº, de 09/05/16, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando material gráfico do Programa Gestão Qualificada, Parlamento Eficaz, lançado no último dia 02 de maio, marcando a parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, o Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, parlamentares e público presente bom-dia. Começo pedindo ajuda das autoridades, do Governo do Estado, do DENIT, porque começou uma nova modalidade de asfaltamento na BR 432, que dá acesso ao Cantá. É a operação tapa buraco com barro. A população, preocupada com os acidentes, devido a grande quantidade de buracos na BR-432, e esperando que as autoridades fizessem alguma coisa, pois nada foi feito, começaram a arrumar caminhão com barro e estão tapando os buracos. Então, gostaria de chamar a atenção dos parlamentares, principalmente dos parlamentares que dão apoio ao Governo do Estado para ver se a gente pode fazer alguma coisa, em comum acordo com o DENIT, o Governo do Estado, ou seja, qualquer autoridade, porque os acidentes não param de acontecer e o perigo é iminente, mas parece que só quando tem um capotamento e morrem dois ou três é que as pessoas resolvem tomar providências. Então, é muita conversa, muita análise e nenhuma ação concreta para resolver o problema. Hoje, confirmo o que estou dizendo, mostrando uma filmagem no “Barra Pesada” onde qualquer um de nós, a qualquer momento, pode sofrer um acidente e partir desta para a melhor. Então, o objetivo da minha fala é para chamar a atenção das

autoridades para que façam alguma coisa, e resolvam essa situação, porque não acredito que não passe por ali nenhuma autoridade para ver a situação daqueles buracos na BR-432. E o barro, eles colocam de manhã, chove de tarde e amanhã o buraco está do mesmo jeito. De noite é o grande perigo, pois os acidentes não param de acontecer. Por isso, estou me pronunciando aqui, em nome do povo. Vou mostrar na televisão, vou falar no rádio, na 94 FM às 12:30 e esperar que alguém faça alguma coisa, ou que alguém espere acontecer o acidente e as mortes para tomarem as providências. O segundo assunto que me traz aqui, hoje, é sobre as fugas no sistema prisional do Estado, pois já somam-se mais de 100 reeducandos, criminosos, bandidos da pior espécie no meio da sociedade. Se foge de manhã, de tarde, de noite, na madrugada na maior tranquilidade. Daqui a pouco, acho que vão avisar: “vamos fugir tal hora” e vão fugir, porque, volto a dizer, o sistema prisional está complicado, está faltando muita coisa. Muitas pessoas já esqueceram, mas vou lembrar aqui de novo, mataram o empresário Didi dentro do supermercado dele. Mataram um funcionário público a facadas, levaram o que quiseram e ele foi querer defender a família, foi para a faca. E outras mortes vêm acontecendo, mas parece que ainda não conseguiram chamar a atenção da sociedade. Ontem, meu querido Deputado Jorge Everton pediu a abertura de uma CPI no sistema prisional e vamos esperar que esta CPI seja aberta, mas que tenha início, meio e fim, porque para ficar no meio do caminho não adianta, passar um mês, dois, três, quatro e no final arquiva-se. E aí, meu irmão, não adianta perder tempo. Enquanto isso, a bala vai comendo no lombo do povo, a faca vai comendo e os assaltos acontecendo. Muita gente pode até não saber, mas, bem aqui pertinho, próximo ao Cemitério Nossa Senhora da Conceição, seis elementos armados com minimetralhadoras, não é canivete não, estou falando minimetralhadoras, deixaram um carro a duzentos metros da casa, levaram uma escada, colocaram no muro, quatro pularam para dentro do terreno e dois ficaram passando o pano, fizeram a limpa. Lá tinha uma Frontier e disseram para o dono da casa ficar frio que eles não queriam a Frontier, porque eles não gostam desse tipo de carro, só para esclarecer o que iam pegar da casa, ou seja, fizeram a limpa na casa e ainda disseram para o dono ficar frio e muito calmo. Atravessaram para o outro lado da rua, onde tem uma caixa d’água, em frente ao cemitério, colocaram tudo o que pegaram da casa, casa de um dentista que é conhecido de todos, e aí colocaram no carro e perna para que te quero, foram embora e deixaram a Frontier. Pensem em uns ladrões de palavra. Disseram que iam deixar o carro e deixaram mesmo, ou não gostavam da marca, ou ela consome muito combustível, porque aqui nós pagamos o combustível mais caro do Brasil. Os bandidos estão fazendo a limpa na cidade. Quero fazer um alerta, pelo menos para as pessoas que estão aqui, para que evitem andar altas horas da noite, até no seu carro, porque já está chegando aqui a tecnologia do sul do País, onde eles, armados, têm a pontaria melhor que qualquer pistoleiro que existe no mundo, se você fugir, o cara atira e acerta, enquanto a gente, que não é acostumado, se for atirar, dá duzentos tiros e não acerta um. E se acerta, ainda se enrola com a justiça. Por isso, tomem cuidado. Dentro de casa, o que você puder fazer, panela na porta, banco, ou qualquer coisa, se previna. Para os empresários, nem se fala, eles estão entrando de ré nos estabelecimentos, quebram as portas e fazem a limpeza. O negócio está complicado. Mas, parece que isso ainda não chamou a atenção das autoridades. Eu até queria me pronunciar para algum parlamentar que desse apoio ao Governo e pudesse conversar com a gente, mas não tem quase ninguém no Plenário. Até queria conversar com meu amigo Brito, líder do Governo, para ver o que a gente pode fazer, porque a situação já está no limite do limite. Quase sempre é uma moto e um garupa, onde o garupa está armado e encosta a arma na tua cabeça e pede a moto e o celular, dá uma lapada no pé do ouvido do cara e leva tudo, acabou a conversa, está desse jeito a nossa cidade. Gostaria de cumprimentar o Governador Marconi Perillo, governador do Estado de Goiás, um estado próspero, de gente lutadora e um dos estados que gera muita riqueza para o Brasil. Cumprimentar também o ex-Governador Anchieta Junior, o Deputado Estadual Jean Carlos, o Presidente do PSDB no Estado de Goiás, Afrêni Gonçalves, o Secretário de Articulação Política do Estado de Goiás, Sérgio Cardoso, representando o Setor Supra Energético das Relações Institucionais do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás. Um dia, quem sabe, nossa esperança é grande, tenhamos no estado um polo industrial, tenhamos autoridades preocupadas com o estado, mas acho que ainda custa um tempinho, sabe por quê? Porque nós dependemos, e ninguém ainda nesses últimos tempos, se manifestou com relação a nossa energia, porque quando acabar a nossa energia, a escuridão, as trevas, as pultricas, vão tomar conta do estado de Roraima e aí acabou. Aí não precisa governo,

prefeitura, Assembleia, Congresso Nacional, não precisa nada na escuridão! Para que vai precisar de alguma coisa. E hoje, até uma pessoa mais humilde que prepara o seu dindin, põe 100 dindin para vender para o povo, ai liga para o Barra Pesada, na Tropical, e diz: Deputado! O que foi? O dindin amoleceu! Por que? Faltou energia. E já falta energia e muita gente não está dando importância. No município de Pacaraima é todo dia, em Caracaraí falta energia 24 horas, no Amajari já fecharam até estrada para chamar a atenção, mas, infelizmente nada foi resolvido. Eu lembro aqui do meu amigo Deputado Xingú, dizendo: Deputado Izaías, o negócio é que começa e para no meio do caminho, nunca chega ao fim. É verdade, ou se toma uma providência, ou a situação vai complicar cada vez mais, e a energia é de suma importância para o Estado de Roraima. Lembrando a vocês, Guri, que gera energia para o Estado de Roraima, está operando com 3% da sua capacidade de 100%, a Venezuela não tem energia nem para ela, como vai distribuir energia para o Estado de Roraima, por isso é que acontece o corte por zoneamento, vamos cortar aqui, depois corta ali, e a situação vai se complicando. Resultado da história, as termoeletricas, na hora que cortarem de uma vez a energia da Venezuela, não vão ter condições de sustentar. Primeiro, porque estamos devendo para a distribuidora da PETROBRAS. Segundo, é através de uma liminar que a gente recebe o combustível. Terceiro, a hidrelétrica de Guri não tem uma gota de água. Quarto, o Presidente Maduro mandou preparar 500 mil militares para a guerra, e disse: pode ter ataque interno e externo, vou me preparar, porque a bala vai comer. O parlamento da Venezuela é todo contra o Presidente da República, ele não está conseguindo administrar nada e a qualquer momento pode haver uma sabotagem. Derrubaram duas torres na Venezuela, dessas que trazem energia pra cá. E podem esquecer, porque para conseguir colocar uma torre dessa de novo não é um ou dois dias, leva ano, e a situação é complicada. A nossa salvação, o pessoal sabe e vou repetir de novo, é Tucuruí, a interligação do Estado de Roraima que está bem aqui, no Estado do Amazonas. Os Ianomâmis dizem: aqui não passa, e se passar, tem que ter uma graninha para nós. Quer dizer, está naquele impasse, e a empresa que ia realizar a obra se afastou, estão negociando, esperou três anos e agora que vai realizar essa obra. E botem na cabeça de vocês que, no mínimo, três, quatro anos para começarem a se mexer com relação a interligação do linhão de Tucuruí para o Estado de Roraima. O governo tem boa vontade? Tem sim! Mas, é área federal, é senador da república, Deputado Federal, os Deputados Estaduais podem até fazer movimento, mas ninguém tem força como os que estão lá, os senadores e Deputados federais que deveriam procurar apoio da bancada do Norte do país, como acontece com Manaus, capital do Estado do Amazonas, porque quando estão pisando no calo do pessoal do Amazonas, a região norte toda se une e o pau come. Então, têm que tomar uma providência, mas aqui, nós no extremo norte. O ex-presidente Lula dizia: esses votinhos bestas, eu tenho na USP, em São Paulo. Essa é a nossa realidade. Agora, estão uma hora, duas horas, 15 horas, quando cortarem de uma vez a energia da Venezuela, o pessoal vai correr da sala para a cozinha e não vão resolver coisa nenhuma. Então, temos que tomar uma atitude agora. O pessoal diz: só esse doido do Izaías que fala na tribuna, rádio e TV sobre essa energia. Mas, sabem por quê? Porque na hora que faltar, vou ter minha consciência tranquila ao dizer, eu falava todo dia e ninguém dava importância. E quando falo na televisão, eu me refiro ao povo mais humilde, ao assalariado, àquele que não tem condições de comprar um gerador, e se comprar o gerador, não tem como comprar diesel ou a gasolina. É um negócio complicado e a cada dia que passa a situação piora. Estão deixando o barco correr e na hora que esse barco começar a fundar, vão querer tomar providências de uma hora para outra e não vão conseguir, porque vão apelar para as termoeletricas que não terão condições de suprir as necessidades da cidade e do Estado de Roraima.

Vejo aqui, no auditório, placas com o nome “fora Suely”, “impeachment Já”. A população pede para o Presidente Jalsler Renier que coloque em votação, no Plenário, o pedido de afastamento da governadora Suely Campos. Essa é a manifestação do nosso povo. Vejo aqui várias pessoas, de diferentes camadas sociais, um abraço ao doutor Rômulo que está aqui acompanhando, participando, e o povo tem que participar, exigir seus direitos dentro da ordem democrática, o povo não pode ficar calado. O povo e a imprensa, e algumas autoridades sérias desse país estão mudando o Brasil. Mas, dá trabalho mudar o Brasil, porque o negócio é muito complicado, muito esquema, falcaturia, esquecem do povo e as negociatas rolam de ponta a ponta. É difícil você manter uma linha e um padrão de trabalho sem ser corrompido e sem baixar a cabeça para a garoupa. Muitas vezes você se torna uma ovelha negra no parlamento, porque fica na sua. Da minha parte, eu sempre disse o seguinte: hoje sou Presidente do PTB e o nosso lema é trabalho,

seriedade, honestidade e transparência. Eu, particularmente, acho que ninguém aqui foi eleito para ser ladrão, nós fomos eleitos e recebemos para trabalhar pelo povo de Roraima. Eu sou apresentador de televisão para o povo, se amanhã não for mais político, vou ser apresentador do mesmo jeito, porque tenho minha profissão. Mas, nós temos a obrigação de respeitar o direito do povo. E para que possamos fazer alguma coisa para melhorar a vida do povo, temos que acabar com esse negócio aqui, de pegar um papel, fazer cálculos, analisar gráficos, desenhos, relatórios, porque isso não resolve coisa nenhuma, o que resolve é atitude, decisão. Sempre falo na TV para o pessoal participar das Audiências Públicas na Assembleia Legislativa, que é a Casa do povo, e sempre tem poucas pessoas aqui. Mas hoje, quero até parabenizar por esta Casa etá cheia, por se tratar de alguma coisa importante para o povo que está aqui. Hoje, temos a presença do Governador de Goiás, um dos governadores mais respeitados do país. Lá, tem energia abundante, ele tem parlamentares que lutam junto com ele. Se nós tivermos aqui, a energia necessária, seremos exemplo de produção, exemplo de um polo industrial. Hoje, os empresários saem daqui para ir para Manaus, mas tem que ser ao contrário, têm que sair de Manaus para virem para cá, porque aqui estamos na fronteira com a Guiana Inglesa e Venezuela, Caribe, Estados Unidos, e a nossa produção aqui, cadê? Nada! Nós temos uma grande produção oriunda da natureza, manga e caju, mas quando chega a safra deles, nem esses produtos são aproveitados aqui, ficam na lama, estragam, não são aproveitados para suco, polpa, para coisa nenhuma. E temos tudo na mão para nos transformarmos num Estado, numa cidade que sirva de exemplo para o Brasil. A única coisa que nós queremos é administração, seriedade, aplicação de recursos com transparência. Se está errado, gabiru meteu a mão, penitenciária, não tem conversa, mas se está trabalhando certo, aplausos para quem está trabalhando. Um político, seja ele de qual esfera for, não foi eleito pelo povo para roubar, desviar, fazer falcaturia, negociatas com o governo em troca de empregos, secretarias e de obras. Só isso que nós queremos, trabalhar pelo povo, é simples. Eu dou o meu exemplo, porque ganhava cinco mil, passou para mil, o que eu quero roubando dois mil? Então, dá para você viver muito bem, ajudar o povo, fazer caridade e ajudar a desenvolver o Estado de Roraima.

Agradeço a presença de todos vocês e a palavra de ordem, quando vejo placa com “fora fulano, fora sicrano”, com isso só quem se prejudica é o povo. A palavra de ordem é “União, trabalho, seriedade, honestidade e transparência. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Naldo da Loteria** - Suspendo a Sessão por 5 minutos para recebermos a comitiva de Goiás.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Nesse momento, recebemos o Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

Quero convidar o não menos importante, meu amigo pessoal e ex-Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, também do PSDB, que acompanha a comitiva do ex-Governador.

Neste momento, convido, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, o Deputado Estadual do PHS, futuro membro do PSDB do Estado do Goiás, Jean Carlos, a quem tive a oportunidade de conhecer.

Convido, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, o Presidente do PSDB do Estado do Goiás, Afreni Gonçalves, a quem peço uma salva de palmas por visitar o nosso Estado acompanhando a comitiva.

Convido, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, o Secretário de articulação política do Estado do Goiás, com quem falei pelo telefone, e foi um prazer conhecê-lo via satélite. Agora, tivemos a oportunidade de nos conhecer pessoalmente, Senhor Sérgio Cardoso.

Convido, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, o representante do setor supraenergético das relações institucionais do sindicato da indústria de fabricação de etanol do Estado do Goiás, Luciano Peixoto.

Convido, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, o Coronel Chefe da Casa Militar, também do Estado de Goiás, que acompanha a comitiva do Senhor Governador, Coronel Adailton.

Senhoras e Senhores Deputados, quero inicialmente, em rápidas palavras, agradecer a presença do Senhor Governador no nosso Estado. É um prazer muito grande recebê-lo. Quero, inicialmente, apresentar a Deputada Aurelina, nossa Deputada de vários mandatos; a Deputada Angela A. Portella, que cumpre o seu 3 mandato, seus pais foram deputados estaduais; o Deputado Brito Bezerra, atual líder do governo, que está no seu segundo mandato de deputado estadual; o Deputado Chagas, vice- Presidente desta Casa, tem dois mandatos de deputado estadual e é um grande amigo nosso; o Deputado Odilon cumpre o seu primeiro mandato nesta Casa; o Deputado Gabriel Picanço

está no seu segundo mandato; o Deputado Naldo, primeiro-secretário, meu grande amigo e irmão que nos auxilia e nos ajuda muito, e tem sido o meu conselheiro; o Deputado Izaías Maia, radialista, no primeiro mandato, companheiro de muitas datas, já fomos radialista juntos, trabalhamos no rádio; o Deputado Chico Guerra, decano desta Casa, são 07 mandatos consecutivos, nunca perdeu uma eleição; o Deputado José Galeto, no seu primeiro mandato, o qual faz parte do nosso grupo político; o Deputado Jânio Xingú, que cumpre o seu segundo mandato de Deputado estadual, atualmente ocupa o PSL e tem se destacado muito, entre todos os Deputados da Casa foi o que mais cresceu politicamente, em termos percentuais e de voto; o Deputado Sampaio é um deputado muito aguerrido, foi oposição ao Governador Anchieta, deu muito trabalho, mas é um deputado extremamente competente com a sua gestão e sua responsabilidade, cumpre o seu segundo mandato; o Deputado Jorge Everton, delegado de carreira, um homem que veio para a Assembleia para somar junto conosco e dar as condições necessárias se estivermos precisando.

Quero aqui cumprimentar os demais deputados que por uma razão ou outra, não puderam estar na Sessão, mas para nós é um prazer muito grande recebê-lo aqui, na nossa Casa, uma vez que estamos vivendo um momento difícil na economia do Brasil, onde acompanhamos os dados apresentados pelo Ministro da Fazenda, quando disse que o Brasil passa por uma crise semelhante ao que aconteceu nos idos de 30. Isso é, sem dúvida, alguma para nós, algo difícil, porque moramos no extremo norte brasileiro e passamos por muitas dificuldades. A nossa receita vem, exclusivamente, do fundo de participação estadual. 85% do que nós recebemos é oriundo do governo federal, ou seja, quando a economia do Brasil cai, a nossa arrecadação e a população acaba sofrendo. Para o senhor ter uma ideia, estamos vivendo hoje um momento difícil. Recentemente, tivemos uma fuga em massa na cadeia pública, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde vários presos acabaram fugindo e tivemos a intervenção do Ministério Público, pedindo o afastamento do secretário, o que foi acatado imediatamente pela Senhora Governadora. Somos um grupo de 15 Deputados que fazem oposição, com a mais absoluta responsabilidade, ao Chefe do poder executivo, e entendemos a situação por que passa esta sociedade. Vivemos num Estado democrático de direito, onde a população entende e faz com que a sua parte seja cumprida. Estamos a cada dia modernizando e melhorando a nossa Assembleia para que nós enfrentemos os desafios do futuro. Estamos aí cumprindo 25 anos dentro desta Casa. São 25 anos de tradição no parlamento. É um parlamento jovem, mas atuante, que tem homens e mulheres voltados para uma política de desenvolvimento e que prezam pelas boas causas da sociedade roraimense.

Destaco a presença do ex-Prefeito da cidade de Boa Vista, Barac Bento. Ele foi meu colega Deputado Estadual e, em nome dele, saúdo todas as pessoas que se encontram aqui, amigos colaboradores, funcionários desta Casa. Cumprimento também o ex-Deputado Paulo Hiama. Quero dizer que para nós é um prazer muito grande recebê-lo. Sei que o Senhor vai andar esse Brasil inteiro com uma proposta voltada para os anseios da sociedade brasileira que é o que verdadeiramente nós esperamos.

Quero lhe desejar boa sorte e boas-vindas ao nosso município, ao nosso Estado. É um Estado que tem muitas coisas para serem acrescentadas e vamos precisar muito, futuramente, da sua intervenção política, porque quanto mais pessoas agregam suas forças para fortalecer as dificuldades que nós enfrentamos com a energia elétrica e outros setores que nos prejudicam há séculos, bem como a questão do repasse das terras para o Estado de Roraima, com a nossa barreira da BR 174 que se fecha às 18h todos os dias, fazendo com que o artigo 5º da Constituição Federal seja desrespeitado, quando diz que o cidadão tem o direito de ir e vir dentro do seu Estado, do seu País a qualquer hora, pois somos barrados todas às 18h quando a barreira se fecha.

Esses são alguns dos problemas que enfrentamos há muitos anos e estamos passando mais ou menos uma página para que o Senhor tenha rápida noção das dificuldades que vivemos aqui. Mas temos muitas alegrias. Temos o nosso município que é, sem dúvida alguma, um dos melhores escolhido agora entre as 25 melhores capitais do Brasil, com qualidade de vida e com condições de morar.

Boa Vista é uma cidade plana, bem planejada, bem administrada e, na verdade, cada um cumpre o seu papel com responsabilidade e merece respeito. Quero dizer que para nós é um momento muito importante e um prazer.

Agradeço também a presença do meu amigo José de Anchieta, a quem rendo os meus agradecimentos pelo trabalho que fez. O PSB, quando esteve à frente do governo, para quem não sabe, o governador

Anchieta, na história de todos os governadores, foi o governador que mais asfaltou estradas e vicinais no nosso Estado. Ele se destacou, foi um governador que fez um trabalho olhando para frente, como dizia o saudoso Ottomar, uma das maiores lideranças políticas do nosso Estado. O governador Anchieta não via árvore, ele enxergava floresta. Então, isso foi, sem dúvida alguma, uma das grandes virtudes e o que fez com que nós tivéssemos um parâmetro importante para a nossa política, para a nossa democracia, para o nosso Estado.

Obrigado a você, Anchieta, e a todas as pessoas que estão aqui.

Por um lapso, dizem que as pessoas mais queridas são as mais esquecidas, e eu acabei esquecendo da Deputada Lenir que cumpri o seu primeiro mandato, é uma Deputada que se destacou, Defensora Pública de carreira, foi Secretária de Estado de Educação, onde fez um brilhante trabalho na época do Governador Anchieta e é a nossa Deputada querida, pois tenho muito carinho por ela. A gente de vez em quando briga, mas depois faz as pazes.

O Deputado George Melo, que eu tive a oportunidade de apresentar, também cumpri o seu primeiro mandato, foi vereador e esta é a nossa Casa. Somos uma casa com 24 Deputados e o Deputado Evangelista, aquele que tem o cabelo sempre arrumado, sempre bonito, cumpre também o seu primeiro mandato aqui no Estado.

Então, quero convidar o meu amigo para fazer uma saudação especial ao senhor, em nome do PSDB, pois ele é o nosso presidente do PSDB aqui em Roraima, o ex-governador José de Anchieta Júnior.

O Senhor ex-governador do Estado de Roraima **José de Anchieta Júnior** – Bom-dia a todos. Queria saudar o nosso presidente da Assembleia Legislativa, meu amigo, Deputado Jalsler Renier, e, em nome dele, saudar todos os Deputados do Poder Legislativo roraimense. Saudar o nosso amigo correligionário, um grande homem público, o Governado do Estado de Goiás Marconi Perillo, que está concluindo seu quarto mandato de governador à frente de todo o Estado. E agradecer e cumprimentar todos vocês que vieram aqui, nesta quinta-feira, prestigiar esta Sessão na Assembleia Legislativa. Não menos importante também, como a visita do Governador Marconi, quero agradecer a cada um dos funcionários e dos visitantes, prefeitos de interior, vereadores que fizeram questão de estar aqui, hoje, nos honrando com suas presenças. Então, um abraço carinhoso a todos vocês e muito obrigado pelo carinho.

Governador Marconi, Vossa Excelência chegou ontem à noite, já andou aqui um pouco pela cidade e já teve a oportunidade de visitar a prefeita da capital, já foi ao palácio, recebido pelo secretário e já pode observar esta capital Boa Vista em nosso Estado de Roraima.

Quero agradecer Jalsler, pela forma carinhosa e respeitosa com que recebe o nosso Governador e a todos os Deputados pela oportunidade de abrir esse espaço nesta Sessão desta quinta-feira. E dizer ao Governador Marconi que muito nos honra a sua visita. Ele cumpre o seu papel e, apesar deste momento difícil em que o país vive, um momento de crise, de transição, nós encontramos um Governador que pode nos visitar de peito aberto, trazendo as experiências exitosas do seu estado. Não vou me alongar, deixo para ele essa missão de passar um pouco dessas experiências. Nós fomos governadores contemporâneos e eu tive a oportunidade de aprender muito. Com ele, independente de questão partidária, porque é um grande homem público. Acabou agora de oferecer ao Governo do Estado algo na ordem da educação, segurança, mostrando tecnologia e algumas ações que ele pode fazer à frente do Governo. Ele vem na missão não só de conhecer o Estado, mas também, como grande brasileiro, se colocar à disposição de nosso Estado. Nosso Estado, Governador, é diferente, por ser um estado mais novo, tem apenas 26 anos, mas é um estado promissor, como já conversamos, um estado onde nós estamos em um processo e precisa se tornar independente economicamente. Hoje, pela sua idade e por ser um estado novo, nós ainda dependemos muito do serviço público, mas a nossa meta e a nossa função foi e sempre será transformar este Estado na última fronteira agrícola deste país. Temos 222 mil quilômetros quadrados, 15 a 20% dessa área é agricultável. E nós estamos em processo de desenvolvimento com a regularização fundiária, com a construção das obras estruturantes durante o nosso governo, visando exatamente transformar a economia deste estado. E os modelos de gestão que nós tivemos como exemplo foram modelos de nosso partido. Na época, nós éramos oito governadores, hoje temos seis governadores do PSDB de grandes estados da federação, como é o caso do Pará, São Paulo, Mato Grosso, o meu estado de Goiás e o Pará. E com esses exemplos, nós tivemos o da meritocracia, da gestão com responsabilidade, da gestão vendo as necessidades das pessoas, é isso que nós trabalhamos. Então, eu quero agradecer a sua presença aqui e dizer

que o nosso estado não é diferente dos outros. Nós assumimos um papel importante no contexto nacional, chegamos a ter o 14º PIB proporcional brasileiro, a nossa 12ª renda per capita brasileira e tivemos, em 2012 o estado que mais empregou, como é o caso do Ministério do Trabalho na região norte. Então, estou here colocando aqui, como parceiro, como cidadão que sou, pelo amor e carinho que tenho a este estado, pela minha responsabilidade, pois não é o fato de não ter mandato político que não nos impunha a necessidade de trabalharmos e continuarmos trabalhando por este Estado de Roraima. E é motivado por esse sentimento que eu tenho o prazer de estar aqui, nesta Casa, que hoje é presidida por um grande parceiro, um grande amigo, que mantém conosco uma relação de muita responsabilidade, harmoniosa. Eu acho que as questões políticas partidárias não têm que ser discutidas durante as eleições, mas durante o seu mandato, independente de ser base governista ou não. São 24 homens e mulheres de Roraima para representar um estado diferente de todos nesta Casa, Governador Marcondes, independente de questões políticas partidárias do presidente, pois toda essa equipe de Deputados está com muita responsabilidade procurando o melhor para este Estado. E essa é a bandeira que eu defendo, a bandeira da união, do bom-senso para que a gente possa atingir o nosso objetivo. E que o senhor tenha uma boa estada aqui, em Roraima, e que possa sair daqui com uma boa impressão de nosso estado. E que desse intercâmbio possa, já que a vocação de nosso estado é o setor produtivo, não tão diferente do Estado de Goiás, um celeiro produtor de grãos, possa vingar algumas parcerias. Irems fazer, ao longo dos próximos anos, independente de questão política partidária, independente do momento político em que nós estamos vivendo, porque o nosso compromisso, acima de tudo, é com o Estado de Roraima. Parabéns e obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Governador Anchieta. Vou passar a palavra ao Governador Marconi Perillo, que nasceu no Estado do Goiás, em março de 1963. Ele é filiado ao partido da democracia brasileira, PSDB, é o atual governador do Estado de Goiás, estando em seu 4º mandato de Governador. Foi eleito em 1999, 2002, 2003, 2006, de 2011 a 2014 e devo dizer que ele cumprirá o seu mandato até o ano de 2018 como Governador daquele estado. Iniciou sua carreira política na década de 1980, como presidente da juventude do PMDB, jovem no Estado de Goiás. Posteriormente, assumiu a nacional do partido. Na sua trajetória política, Marconi Perillo começou a sua carreira no PMDB. Foi Deputado Estadual na década de 90, junto com o Deputado Chico Guerra. Logo depois, tornou-se Deputado Federal e foi o 6º mais votado daquele Estado. Em 1998, Perillo foi eleito Governador do Estado de Goiás. E aí começou a sua trajetória política, sendo o Governador eleito mais novo do Brasil, com 35 anos de idade. E hoje, está aqui conosco, pois está fazendo uma visita ao país, especialmente a região norte do Brasil. E o Estado de Roraima foi a sua primeira opção.

Com a palavra o Governador do Estado do Goiás **Marconi Perillo** – Boa-tarde a todos os senhores e senhoras; Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Deputado Jalser Renier; primeiro vice-presidente, Deputado Coronel Gerson Chagas, querido ex-colega; o ex-governador José de Anchieta Júnior; caríssimo amigo Marcelo, vice-prefeito de Boa Vista; caros Deputados Jânio, Naldo, Izaías, Jorge Everton, Angela Portella, Odilon, Evangelista, Deputada Aurelina, Deputado Chico Neto, contemporâneo quando comecei na Assembleia de Goiás há muitos anos; Deputados Brito Bezerra, Francisco Sampaio, Gabriel, George, Lenir. Quero saudar os integrantes da nossa comitiva que estão presentes, o Deputado Afrânio Gonçalves. É com grande alegria e prazer que visito Roraima e Boa Vista pela primeira vez. Eu tinha muita curiosidade em conhecer Boa Vista e sempre tinha escutado falar muito bem a respeito do seu planejamento, da sua arborização, das suas ruas e avenidas largas, das suas bonitas praças e do seu povo bonito e trabalhador, povo muito especial. Eu também tinha um interesse de conhecer de perto este Estado, que em minha opinião é um dos mais promissores do país. Depois de resolvida a questão fundiária, eu, como senador da República, de certa forma ajudei, por solicitação do Governador na época Ottomar, depois do senhor Anchieta e também do meu ex-colega senador Romero Jucá. Eu ajudei com meu voto a aprovar algumas legislações que colaboraram muito com o Estado de Roraima.

Hoje, ao vir aqui e me deparar com muitas autoridades, propus uma aliança mais forte entre o Estado de Goiás, que eu tenho a honra de representar aqui no Estado de Roraima. Goiás é um Estado que tem uma superfície um pouco maior do que a de Roraima. Nós temos 340.000 quilômetros quadrados de superfície. Vocês têm mais de 220 mil quilômetros quadrados. Nós estamos chegando agora, aos sete milhões de habitantes. Um estado que também diversificou muito a sua

economia.

Quando cheguei ao Governo, para vocês terem uma ideia, Goiás tinha um PIB de 17 bilhões de reais. Passados esses anos, depois de uma aliança forte que fiz com o setor produtivo, esse PIB foi multiplicado por 10 vezes. Nosso PIB hoje é de 170 bilhões de reais. Nós também multiplicamos as nossas exportações por 20 vezes nesse período. Geramos mais de um milhão de empregos líquidos esses anos, após 1999. Mas, onde é que pode entrar a parceria, o aprimoramento das relações de Roraima com Goiás? Goiás é um estado muito forte no agronegócio. Nós temos a segunda maior produção de cana-de-açúcar e de etanol no Brasil. Nós temos o maior polo de indústrias farmacêuticas do Brasil. São mais de 50 indústrias farmacêuticas. Temos uma indústria alimentícia muito forte. Eu incentivei muito a agregação de valores às nossas matérias-primas. Fortaleci muito as cadeias produtivas do Estado. Quando você exporta uma matéria-prima *in natura*, você está exportando emprego. Então, eu trabalhei muito para a gente processar lá mesmo a nossa matéria-prima.

Vocês têm aqui, Senhores e Senhoras, seis milhões de hectares de terras que podem ser utilizadas para produção. E nós temos, em Goiás, empresários que atuam na área de alimentos, de etanol, de confecções, muito fortes e experientes, que conseguiram produzir com altíssima produtividade e competitividade e empresários que se deram muito bem também nas exportações, aproveitando nossas leis de incentivos fiscais e nossas leis de incentivos a infraestrutura e a logística. Eu me propus a reunir, em Goiânia, empresários dos mais bem sucedidos na produção e industrialização de aves, suínos, carnes, medicamentos e etanol e outros que o Estado de Roraima quiser contatar, para que o Estado de Roraima apresente todas essas potencialidades. A gente se dispõe a, pessoalmente, estimulá-los a virem para cá, trazerem suas experiências para cá, a abrirem novas fronteiras aqui, como os gaúchos fizeram ao longo do Brasil. Nós temos empresários ousados, criativos, que querem expandir seus negócios. Sinceramente, direi a eles que se fosse empresário não teria dúvidas em vir para cá ajudar a alavancar ainda mais o desenvolvimento de Roraima, utilizando todas as potencialidades que os senhores e as senhoras dispõem neste rico Estado. Gostaria de mostrar para eles que Roraima acaba sendo um centro irradiador ou propagador, um centro importador e exportador que pode ser muito útil como rubi para o Brasil. Vocês estão no centro estratégico e tendo como grande mercado consumidor a Venezuela, a Colômbia, as Guianas, a América Central, o Pará, o próprio Amazonas, enfim, devem aproveitar melhor as oportunidades que o Estado de Roraima tem, porque certamente será algo inteligente por parte de empresários que queiram ampliar seus negócios e suas fronteiras. Minha vinda aqui é para ver com meus próprios olhos o que Roraima tem e dispõe para que novos empreendedores aqui cheguem, invistam seu capital e gerem o que é mais importante para todos que é o emprego, a renda e a circulação de dinheiro na economia. Também me dispus, junto às autoridades do Governo Estadual, à Prefeita Teresa, ao vice-Prefeito Marcelo, ao meu amigo querido ex-Governador Anchieta Júnior, com nosso Presidente Jalser e com todos os senhores e as senhoras a colaborar com ferramentas na área de gestão. Temos hoje, em Goiás, experiências muito exitosas na área de serviços, saúde, educação, infraestrutura e logística e também boas experiências na área de segurança pública. Já tenho uma boa experiência, pois estou em meu sétimo mandato. Fui três vezes parlamentar e tenho muita honra de estar aqui, na sede do Poder Legislativo do Estado de Roraima. Minhas maiores experiências nasceram no parlamento, no debate democrático entre meus colegas e a sociedade. Fui Deputado Estadual, Deputado federal e Senador da República, e tenho muito orgulho de ter sido por três vezes parlamentar e muito orgulho também por ser quatro vezes Governador do meu Estado. Sobre a experiência que acumulei em minha vida pública, também já fui secretário de estado, aos 23 anos. Então, toda essa experiência já coloquei e coloco à disposição de todos os senhores e senhoras para debatermos e complementarmos ideias e experiências que tenham e que nós temos lá. Convidei as autoridades daqui para irem conhecer algumas das nossas experiências e, principalmente, convidei as autoridades daqui para uma reunião em Goiânia, para apresentá-los aos nossos empresários muito bem sucedidos e para os senhores os estimularem a fazerem uma nova opção no sentido de expandir seus negócios. Muitos deles querem ter filiais, querem ter novas indústrias, e isso não vai prejudicar em nada meu Estado, o que já está lá, lá vai ficar. Agora, se eles querem ampliar, eu vou dizer que a grande fronteira, a última grande fronteira de expansão econômica do Brasil, estratégica, bem localizada, central chama-se Estado de Roraima. Peço desculpas se atrapalhei um pouco o andamento da Sessão Ordinária, mas queria dizer aos senhores e as senhoras, ao nosso querido Presidente Jalser

Renier que para mim, constituiu-se honra e satisfação pessoal poder vir ao Parlamento de Roraima para falar um pouquinho com os Senhores e com as Senhoras. Um grande abraço a todos e muito obrigado. Quero fazer a entrega de um livro sobre Goiás que acabei de preparar, ajudei, inclusive, a fazer esse livro, e vou concedê-lo ao nosso Presidente Jalsler. Se eu tivesse mais livros, entregaria um para cada um dos senhores. Ao entregar para o Presidente, eu queria que a Senhora e os Senhores Deputados considerassem como se também estivessem recebendo esse livro do nosso querido Estado de Goiás. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Nós vamos também entregar aqui para o Senhor a nossa Cartilha de Leis, leis que foram aprovadas neste Parlamento desde a década de 90, e que contemplam toda a história, desde a criação da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e de tantos outros órgãos.

O Senhor Governador do Estado de Goiás **Marconi Perillo** – Senhor Presidente, eu só gostaria de complementar que quando fui colega do governador Anchieta, aprendi muito com ele, sei das obras, dos investimentos, das transformações que ele fez aqui.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Agradeço imensamente a presença do Senhor Governador. Obrigado por estar aqui conosco. Neste momento, iremos suspender a Sessão e, em seguida, retornaremos com a Ordem do Dia. Agradeço a todos os amigos que vieram para recepcionar o Senhor Governador. Obrigado a todos.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 033/16, requerendo que a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias acompanhe a determinação do cumprimento da execução de pena do ex-governador Neudo Campos, para que lhe sejam assegurados os direitos constantes do Inciso III; das alíneas “d” e “e” do inciso XLVII; e inciso XLVIII, todos do artigo 5º da Constituição Federal, e a Lei Federal 7.210 – Lei de Execuções Penais em seus artigos 3º e 103, de autoria do Deputado Brito Bezerra; do Requerimento nº 034/16, requerendo a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 07 (sete) membros, para, no prazo de 90 dias, apurar as possíveis falhas no sistema prisional do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Jorge Everton; da Proposta de Moção de Pesar nº 011/16, pelo falecimento da Senhora Maria Luiza Castro Perin, ocorrido em 27 de maio do corrente, no Estado de São Paulo; da Proposta de Moção de Pesar nº 012/16, pelo falecimento da Senhora Vera Lucia Ramos Pacheco, ocorrido em 6 de junho do Corrente, no Hospital Geral do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Coronel Chagas; do Projeto de Lei nº 010/16, que “reconhece o Monte Caburá como Ponto Extremo Norte do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Jalsler Renier e Lenir Rodrigues; do Projeto de Lei nº 015/16, que “inclui no calendário oficial do estado a Semana Estadual de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira; do Projeto de Lei nº 018/16, que “institui a Semana do Autismo no Âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Relatório ao Projeto de Lei nº 015/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Relatório ao Projeto de Lei nº 015/16.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Em discussão o Projeto. Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Segundo-Secretário **George Melo** – Senhor Presidente, só tem 9 Deputados em plenário.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Estão presentes os Senhores Deputados Naldo da Loteria, Jalsler Renier, Lenir Rodrigues, Angela Portella, George Melo, Evangelista Siqueira, Jorge Everton, Coronel Chagas, Zé Galeto, Chico Guerra, Izaías Maia, Brito Bezerra, Gabriel Picanço, Soldado Sampaio, se houver mais algum Deputado na sala vip, por favor se dirija ao plenário para a votação. Há quórum regimental. Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, esse projeto é fruto de diálogos que tivemos com algumas entidades, familiares que já enfrentaram esse grave problema que é o suicídio dentre os seus e essa experiência é muito dolorosa. E pouco se fala, porque além de ser dolorosa, causa constrangimentos à família, traz um nível de tensão muito grande à família e tem se tornado um problema muito grande a nível nacional e local também. A nível mundial, somos o oitavo país em casos de suicídios. Esse é um dado assustador e Roraima figura entre os primeiros lugares do rank brasileiro entre eles. O pior, é o suicídio de jovens, não que o suicídio seja comum nas demais idades

mas com pessoas que estão na flor da idade, jovens de 15 a 20 anos isso é algo assustador. Por esta razão, apresentamos esta proposição e resolvemos apresentá-la no sentido de que possamos dar uma resposta social a esse grave problema que está se tornando de saúde pública nacional e local. Por isso, peço aos meus nobres Pares que nos ajudem, aprovando esta proposição para que possamos, no mês de setembro, na semana em que a organização nacional da saúde trata do suicídio, o nosso estado também se encontre nas discussões com as secretarias de educação, saúde, estadual e municipal, igrejas, entidades, todos juntos, discutir a problemática e, trazendo para o seio social, no sentido de unir os dados, entender porque eles acontecem e a cada ano diminuirmos até chegarmos ao nível não satisfatório do ponto de vista que o ato não pode satisfazer o ato do suicídio, mas considerado normal dentro do contexto social.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, segue para votação nominal e eletrônica. Votando sim os Senhores aprovam a matéria e votando não rejeitam-na. Liberado o painel para votação.

Quero comunicar aos manifestantes que estamos com o projeto de autoria do Deputado Jorge Everton, o qual contempla a assinatura de alguns Deputados, com a Consultoria Jurídica desta Casa, que irá fazer uma análise técnica do que foi enviado pelo Ministério Público de Contas. A partir daí, a Assembleia vai convocar os Senhores Deputados para fazerem parte da comissão. Estamos aguardando detalhamento técnico, porque não passamos por cima de qualquer ato normativo que dê direito a ampla defesa de ambas as partes. Isso leva algum tempo, porque a quantidade de documentos apresentados pelo Ministério Público é grande e precisamos de um parecer da Consultoria Jurídica para que possamos dar início a essa condição.

Encerrada a votação. Dou por aprovado por 13 votos sim, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do voto do Relator ao Projeto de Lei nº 010/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o voto do Relator ao Projeto de Lei nº 010/16.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Votando sim os Senhores aprovam a matéria e votando não rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

Encerrada a votação. Dou por aprovado por 13 votos sim, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Em discussão a Proposta de Moção de Pesar nº 012/16, pelo falecimento da Senhora Vera Lucia Ramos Pacheco, ocorrido em 6 de Junho do Corrente, no Hospital Geral do Estado de Roraima. Não havendo quem queira discuti-la em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a matéria.

Em discussão a Proposta de Moção de Pesar nº 012/16, pelo falecimento da Senhora Maria Luiza Castro Perin, ocorrido em 27 de maio do corrente, no Estado de São Paulo. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a matéria

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 018/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Parecer ao Projeto de Lei nº 018/16.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, só para lembrar aos colegas que já existe a semana municipal e queremos criar a semana estadual para que possamos dar oportunidade a esses jovens de terem um tratamento diferenciado, porque eles merecem. Peço aos colegas que votem sim.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Votando sim os Senhores aprovam a matéria e votando não rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

Encerrada a votação. Dou por aprovado por 14 votos sim, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 033/16, requerendo que a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias acompanhe a determinação do cumprimento da execução de pena do ex-governador Neudo Campos para que lhe sejam assegurados os direitos constantes do Inciso III; das alíneas “d” e “e” do inciso XLVII; e inciso XLVIII, todos do artigo 5º da Constituição Federal, e a Lei Federal 7.210 – Lei de Execuções Penais em seus artigos 3º e 103, de autoria do Deputado Brito Bezerra. Quero comunicar ao Deputado Brito Bezerra que o Requerimento, após ser aprovado, será encaminhado à

Comissão de Direitos Humanos para que o Deputado Chico Guerra, como presidente da comissão, cumpra o rito dentro do que estabelece o Requerimento oferecido por Vossa Excelência. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada a matéria. O Requerimento segue para a Comissão de Direitos Humanos na competência do Deputado Chico Guerra.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do requerimento nº 034/16.

O Senhor Primeiro Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 034/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento nº 034/16.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, também concordo com os Deputados que nós, parlamentares, no direito de fiscalizar, temos a obrigação de dar uma satisfação à sociedade através desta Casa Legislativa. Mas, se a abertura da CPI for, realmente, o instrumento necessário, acredito que não, podemos, muito bem, arguir o próximo Secretário e até o Secretário que saiu, de Justiça e Cidadania. Nós podemos requerer essas providências de forma formal aqui, pela Assembleia Legislativa. Enfim, temos vários outros instrumentos mais céleres para que possamos apurar tudo isso, mas se, realmente, houver a necessidade e esta Casa entender que precisa abrir uma CPI, nós devemos então apurar desde 2007 até agora, vamos fazer uma CPI ampla, porque o problema do Sistema Prisional pode ter estourado, chegando no seu ápice agora, mas ele é antigo. Temos problemas na penitenciária desde que ela existe. Temos várias e várias situações constrangedoras no Sistema Prisional e não é só em Roraima, mas é a nível de Brasil. O sistema prisional brasileiro está falido. Então, se houver a necessidade de instrumento que, acredito, volto a dizer que não, é um instrumento bastante complexo que demanda tempo, mas se Vossa Excelência e os demais deputados entenderem que sim, que possamos estender o prazo para os governos passados e vamos fazer uma CPI ampla, profunda e viscerar a situação do sistema prisional deste Estado. Esse é o requerimento que faço a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, fico impressionado com a fala do deputado Brito Bezerra. Esse pedido de abertura de CPI é em razão ao que aconteceu nos últimos 14 meses, pois nunca houve tanta fuga, tanta falta da mão do Estado naquele presidio quanto hoje, ao ponto do Ministério Público pedir, requerer da justiça a exoneração do secretário por ineficiência. Acho que aqui no estado nunca houve uma situação como essa, do Ministério Público pedir o afastamento de um secretário por ineficiência. Então, querer estender ao passado é querer que essa CPI não chegue a lugar nenhum. Tem que se apurar o que está acontecendo, não para, efetivamente, buscar culpados, mas para buscar o que precisa ser feito, o que está acontecendo lá. Então, a minha opinião é essa. Vamos apurar o que está acontecendo lá, porque chegou a esse ponto de todos os dias terem fuga. Precisamos saber o que precisa ser feito. Esta Casa aqui fez diversas reuniões, inclusive, Audiências Públicas com a presença do Secretário e em todos os momentos que ele esteve aqui, disse que estava tudo certo, tudo resolvido, que não havia problemas, deputados, enquanto nós tínhamos informações, no âmbito da Comissão de Segurança Pública, de que era totalmente o contrário. Esta Casa, através da Comissão, estava sempre cobrando providências, mas nunca se conseguiu fazer isso. Aliás, antes mesmo da posse da Governadora, eu tive uma conversa com o ex-governador Neudo e ele abriu a discussão sobre a questão da Segurança, por eu ser oriundo dessa área, e dei a opinião com relação a essa questão. Eu disse que a Segurança Pública começa pelo controle do Sistema Prisional, esse subordinado ao Secretário de Justiça. Quer começar a melhorar a segurança pública? Controle o sistema prisional, mas, para isso, coloque lá alguém do ramo, não coloque alguém que não conhece aquela pasta, porque já se tinha notícias de quem iria para lá e eu tentei alertá-lo que cada qual no seu quadrado. Aquele senhor não é do ramo, ele não iria conseguir. Mas, foi como se dissesse, coloque fulano, porque foi o que fez e chegamos a esse quadro triste em que policiais militares e agentes penitenciários são expostos ao perigo todos os dias. Os agentes penitenciários não têm segurança para entrar nas alas para controlar os presos, porque o Estado não deu essas condições para eles. Então, querer estender uma CPI, se eventualmente for instalada, para ver sete, oito, dez anos, é porque não quer que chegue a lugar nenhum. O objetivo é buscar, Deputado Brito, a solução e, talvez, possamos, com vários deputados compondo essa Comissão, ajudar o Governo do estado a encontrar caminhos para se ter uma segurança mais eficaz nos presídios e, assim, para todos os cidadãos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, aqui no Plenário, hoje, está o empresário Naldo lá do Cruviana, está o Dedé,

seu pai, que estava ainda há pouco conversando comigo e dizendo que fechou o comércio dele, aterrorizado. Ele disse que a vida é mais importante, e que ninguém tem mais segurança. Todos os comércios, não só o dele, foram assaltados. Então, eu também, colaborando com sua ideia, entendo que quando a gente busca essa condição de investigar lá atrás, não vamos chegar a lugar algum, porque buscar informação em arquivo, em Ministério Público, até chegar a isso, acabou o nosso mandato. Acho que a sociedade e o povo de Roraima espera uma ação rápida e respeitosa deste Poder. Então, entendo que nós precisamos nomear a Comissão, dar condições para que essa comissão trabalhe e que o Governo do Estado tome as providências necessárias, até porque isso é uma obrigação do Governo do Estado, dar Segurança para a população. E, não podemos abrir mão desse princípio de executar o Executivo, ou será que o Executivo está esperando que o Judiciário comece a governar no lugar dele, só se for. Vossa Excelência disse, muito bem, cada qual no seu quadrado, quem é gestor e tem competência para aquilo que assumo a lugar e tome conta, dando a segurança que o povo de Roraima precisa. Então, acho que não temos outra alternativa, senão listarmos, imediatamente, já o nome dos nossos representantes, para que a gente possa montar a Comissão.

O Senhor Deputado **Chico Guerra** – Senhores Deputados, queria fazer minhas as palavras do deputado Chagas, que bem colocou a situação, pois todas as vezes que se tenta implantar uma CPI ou algo parecido, a situação vem e pede para estender para outros governos. Não vejo essa CPI como uma válvula de escape para a Governadora conseguir arrumar isso aí. Ali, o que se pode fazer é melhorar, pois arrumar, não tem quem arrume, extrapolou todos os parâmetros de dignidade humana. Aquilo ali é um centro de tortura psicológica que faz com que o cidadão que saia de lá fique mais bruto do que quando entrou. Por isso, quero dizer que a Assembleia vai ajudar a Governadora, através dessa CPI, detectando, tentando resolver e dando soluções para aqueles problemas que lá existem.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só gostaria, Presidente, que fosse lido o objeto da CPI. Só peço que leiam para eu ver se ficou enfocado, pois, inclusive, assinei esse pedido.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Requerimento nº 034/16, que requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete membros, no prazo de noventa dias, para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, eu falei ontem, gostaria que Vossa Excelência me ouvisse, porque o Senhor não esteve ontem aqui na Sessão. Sabemos que o problema do Sistema Prisional vem de muito tempo, não é novidade, não é Coronel Chagas, até porque nós enfrentamos esse problema quando Vossa Excelência foi Secretário de Justiça e Cidadania. Nós reconhecemos esse problema e tivemos a coragem de agir. Desde o início do mandato da Governadora que nós acompanhamos seu trabalho. Quando vieram denúncias de superfaturamento da alimentação do sistema prisional, nós convocamos o Secretário de Justiça e Cidadania para que ele se fizesse presente a esta Casa e ele trouxe os esclarecimentos que achou pertinente. Nós fizemos uma Audiência Pública e convocamos a população para discutimos sobre Segurança Pública e sistema prisional. Mas, o Secretário vive no país das maravilhas. Ele afirmou, em todas as vezes que veio a esta Casa, que nada está ocorrendo, que não há nada de anormal, que está tudo sob controle e que existe um exagero da mídia. Só que os próprios presos têm postado nas redes sociais, através de celulares que não deveriam estar lá na penitenciária, vídeos, fotos e os abusos que estão sendo cometidos na penitenciária. Nós precisamos dar um basta, precisamos de uma oportunidade para que o governo possa agir. Convocamos o secretário por duas vezes nesta Casa e ele nada fez. Então, nós precisamos agir. Que bom que esta Casa tomou as providências até antes que o Ministério Público pedisse o afastamento. Que bom que este Parlamento não está sendo omissivo e tem apurado todas as denúncias. O nosso objetivo aqui não é crucificar governo algum, mas é cobrar, investigar o que está sendo feito com o investimento referente ao sistema prisional. Por isso, parabéns os Deputados da base do Governo que assinaram junto com a gente o requerimento de instauração da CPI. Peço a Vossa Excelência que faça com que essa CPI ande, consiga tirar os gargalos e resolver o problema do sistema prisional, porque a sociedade do nosso Estado não suporta mais. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em votação o Requerimento nº 034/16. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento nº 034/16.

Vamos encaminhar a matéria para a Consultoria Jurídica e peço que emita um parecer o mais rapidamente possível para que, já na

próxima semana, possamos ter o parecer embasado e criar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 14 de junho, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galeto.**  
**Ata Sucinta Aprovada em: 14/06/2016**

**ATA DA 2516ª SESSÃO, EM 28 DE JUNHO DE 2016.  
 51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA =**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima décima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:**

- Ofício nº 1107, de 24/06/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, em resposta à indicação parlamentar – Ofício da CERR-PR nº 357/16, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, referente à indicação nº 193/16.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

- Projeto de Emenda à Constituição s/nº, de 23/06/16, de vários Deputados, que acrescenta disposições ao art. 4º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Roraima.

- Indicação s/nº, de 27/06/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para conclusão da reforma da Escola Estadual Castelo Branco, localizada no município de Caracarái.

- Indicação s/nº, de 27/06/16, do Deputado Masamy Eda ao Governo do Estado, para adoção de providências urgentes para reforma da Escola Estadual José de Alencar, localizada no município de Rorainópolis.

- Indicação s/nº, de 27/06/16, do Deputado Chicão da Silveira ao Secretário de Estado da Infraestrutura, para construção de ponte de madeira com extensão de 12 metros, no KM 07 da Vicinal 07, região do Paredão, município de Alto Alegre.

- Indicação s/nº, de 27/06/16, do Deputado Chicão da Silveira ao Secretário de Estado da Infraestrutura, para recuperação de 02 pontes de madeira localizadas nos km 02 e 09 da Vicinal 20, no município de São Luiz do Anauá.

- Ofício nº 061, de 23/06/16, do Deputado Mecias de Jesus, justificando sua ausência nas sessões plenárias no período de 24 a 30 de junho do corrente ano.

- Memorando nº 015, de 24/06/16, do Deputado Brito Bezerra, solicitando a inclusão, na Ordem do Dia, das proposições de abertura de crédito suplementar, conforme discriminado em documento.

- Requerimento s/nº, de 23/06/16, do Deputado Jânio Xingú, para realização de audiência pública com servidores estaduais e membros sindicais.

**DIVERSOS:**

- Comunicados nº AL118803 a AL118814, e AL124548 a AL124706, de 15/02/16 a 10/03/16, do Ministério da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros.

- Ofício Circular nº 01, de 25/01/16, da Ordem dos Advogados do Brasil, encaminhando o livro “Uma proposta para o Brasil: o novo presidencialismo”.

- Ofício nº 366, de 21/06/16, da Polícia Militar do Estado de Roraima - Quartel do Comando-Geral, em resposta ao Ofício/DACPL/PRES Nº 039/16, de 07/06/16.

- Ofício nº 396, de 21/06/16, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima, convidando para o 7º Congresso Estadual de Profissionais do CREA – RR.

- Ofício s/nº, de 15/06/16, da Confederação Brasileira de Surdos, para que a televisão pública da ALE-RR implemente e/ou adeque recursos de acessibilidade para pessoas surdas, em especial a legenda oculta.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, o senhor Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, público aqui presente, meu cordial bom-dia. Senhor Presidente, faço uso desta Tribuna para trazer ao conhecimento de todos os Deputados e Deputadas, aqui nesta Casa, tendo em vista que já estamos para encerrar o primeiro semestre, votar a Lei de Diretrizes Orçamentária e entrar de recesso, e quero a compreensão de todos os Deputados e Deputadas que juntos possamos votar projetos de interesse do povo do nosso Estado, projetos esses de autoria governamental e de vários deputados. E quero chamar aqui a atenção dos Deputados Gabriel Picanço, Soldado Sampaio, Odilon, Zé Galeto, Izaías Maia que sempre usam a tribuna desta Casa em defesa do povo do nosso Estado, para que possamos, juntos, analisar as seguintes situações. Temos aqui, 11 Projetos de Lei já protocolados nesta Casa Legislativa para remanejamento de recursos, atendendo vários segmentos governamentais. Gostaria de citar alguns, por exemplo, o Projeto de Lei nº 043/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor do Fundo Penitenciário, no valor de R\$ 46.900,00. Justificativa: para atender despesas com o pagamento de reeducandos dos meses de maio a setembro de 2016. Veja bem, Deputado Izaías, Vossa Excelência sempre usa esta tribuna pedindo, cobrando segurança pública. Nós temos aqui, nesta Casa, um crédito suplementar de R\$ 46.900,00, um projeto de lei de remanejamento, de autoria governamental, ou seja, esses recursos precisam ser votados para serem liberados para que o Governo possa atender a esse segmento, que é a segurança pública, mais precisamente os reeducandos que estão na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Vamos lá, o Projeto de Lei nº 044/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor do DETRAN/RR, no valor de R\$ 4.662.402,00. Justificativa: para despesas com concursos nas escolas, aquisição de veículos para fiscalização, aquisição de material de segurança, pagamento dos menores do Projeto Cidadão do Futuro e oficinas, para cobrir contrato com manutenção do prédio do DETRAN/RR, cobrir contrato com manutenção de veículos, para contratos administrativos vigentes, para cobrir contratos com internet, locação de impressoras e dos serviços de informática. Cumprimento o nosso presidente do DETRAN aqui presente, bem como os colaboradores. É para que possamos ter o DETRAN funcionando bem, prevenindo acidentes, por isso, Deputados, é importante votarmos esse remanejamento. Também, o Projeto de Lei nº 045/16, que se trata de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor da CODESAIMA, no valor de R\$ 1.469.000,00. Justificativa: relativo às despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de benefícios previdenciários, transferências constitucionais a municípios, pagamento do serviço da dívida, convênios e recursos fundo a fundo, recursos próprios e superávit apurado em balanço. A CODESAIMA tem alguns convênios com municípios e precisa desses recursos para atender as necessidades dos municípios. Está aqui nesta

Casa e nós precisamos aprová-lo; o Projeto de Lei nº 055/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor da SEFAZ, no valor de R\$ 3.475.512,43. Justificativa: para atender despesas com energia elétrica e água da capital e interior, manutenção de veículos e aquisição de combustível, diárias, empresas terceirizadas, telefonia e correio, adicional de substituição, certificado digital, Software Oracle, serviços link de dados de internet, descarga e recarga e premiação da Nota Fiscal. Senhoras e Senhores Deputados, mais um Projeto de Lei nº 056/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINF, no valor de R\$ 6.820.000,00. Justificativa: para atender despesas com reconstrução de pontes decorrentes das queimadas em diversos municípios, para atender parcialmente despesas com 2º reajustamento dos serviços de ampliação da 4ª Etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário de Boa Vista; o Projeto de Lei nº 057/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por transposição, em favor da SESAU, no valor de R\$ 5.000.000,00 e em favor da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de global de R\$ 10.000.000,00. Justificativa: para atender despesas da SESAU com aquisição de arquivos deslizantes para os hospitais: Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré e Cosme e Silva, reconhecimento de dívida- fornecimento de medicamento e materiais médico-hospitalares, contrato de pessoal terceirizado para serviço de limpeza, contrato de pessoal de serviço de motorista, vigia, recepcionista e telefonista e para atender despesas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto com aquisição de centrais de ar para as escolas da rede estadual de ensino. O pedido é para que possamos colocar em pauta para aprovar esse remanejamento. O Projeto de Lei nº 058/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura, no valor de R\$ 2.500.000,00. Justificativa: para atender despesas com a conclusão de obras e serviços de engenharia, com fornecimento e instalação de equipamentos para revitalização e complementação da PCH-JATAPÚ, energia elétrica para o Sul do Estado, mais precisamente, para o município de Caroebe; o Projeto de Lei nº 059/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação em favor do IACTI, no valor de R\$ 500.000,00. Justificativa: para atender despesas com instalação de duas torres (estrutura metálica) com 120m em plena conformidade com as normas IEC 61400-12-1, para realizar estudos da velocidade e direção dos ventos, para a viabilização de produção de energia eólica no estado de Roraima. Já falamos aqui bastante sobre isso, Vossa Excelência sabe, que para que possamos realizar essa experiência devemos votar essa matéria; o Projeto de Lei nº 060/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por transposição em favor da Casa Civil, no valor de R\$ 1.685.616,34. Justificativa: para atender a 2ª etapa do contrato para a utilização do Sistema de Informação e Gestão Arquivista/Casa Civil; o Projeto de Lei nº 061/16, trata-se de abertura de crédito suplementar por transposição em favor da Secretaria de Infraestrutura, no valor de R\$ 2.630.542,28. Justificativa: para atender despesas com serviços e manutenção de estradas e vicinais no interior do Estado de Roraima. Atenção, senhoras e senhores deputados, deputada Angela, Vossa Excelência que anda muito no interior, Deputada Lenir, vamos votar esse remanejamento; o Projeto de Lei nº 062/16, trata-se de abertura de crédito suplementar em favor da Polícia Civil do Estado de Roraima, no valor de R\$ 2.100.000,00. Justificativa: para atender despesas com a construção de unidades de Polícia Civil e Técnica, visando melhoria na segurança pública no Estado de Roraima.

Outros cinco projetos foram protocolados nesta Casa Legislativa que serão lidos na Sessão de quinta-feira.

Então, Senhoras e Senhores, Senhor Presidente, peço aqui aos nobres pares que possamos unir forças e antes, Deputada Lenir, de votarmos a LDO e entrarmos de recesso, que possamos votar esses remanejamentos. Se nós tivéssemos aprovado essa flexibilização dos 20%, não estaríamos aqui discutindo essa questão de remanejamento. Mas, entendo perfeitamente que é o papel da Casa Legislativa e como não votamos, precisamos aqui nos reunir e votar esses remanejamentos. Não podemos, Deputado Gabriel Picanço, não é justo, Deputado Jalsler Renier, Presidente desta Casa, nós, Deputados, entrarmos de férias, viajar, visitar os seus eleitores, suas bases, repousar com a família, enfim, e deixarmos o estado travado e as pessoas nas vicinais sem o devido atendimento do governo do Estado, sob pena de nós, deputados estaduais, sermos responsabilizados. Então, vamos apreciar essas matérias. Temos 11 protocoladas aqui. Temos mais 05 que deram entrada nesta Casa, portanto 16 matérias simples que podemos votar numa comissão geral e aprovarmos para que possamos votar também a LDO, entrarmos de recesso, mas deixando a governabilidade possível. Não estou pedindo aqui para votarmos projetos de interesse da Governadora

Suely Campos, estou pedindo para Vossas Excelências votarem projetos de interesse do povo do nosso Estado. Portanto, entendo eu que é interesse também de todos os Deputados aqui desta Casa. Todos nós nos comprometemos com o povo deste Estado quando em campanha, de que iríamos trabalhar aqui, mandatário sendo, representando o nosso povo e votando projetos que possam melhorar a qualidade de vida.

Essa é a minha demanda, Deputados Gabriel, Aurelina, e tenho certeza que é a demanda de Vossas Excelências. Votar esses projetos de remanejamentos sob pena de sermos responsabilizados, ou então termos que voltar nesta Casa em Sessão Extraordinária e votar esses projetos tão importantes.

Era o que eu tinha a relatar, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Comunico aos Senhores Deputados que vamos suspender a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Mista de Fiscalização Financeira, Tributação e Controle possa analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 039/16. Lembrando aos Senhores Deputados que temos também Emenda à Constituição, assinada por alguns Deputados, que adita-se ao artigo 64 alínea A, texto constitucional vigente.

Comunico também aos Senhores Deputados que existem outras pautas a serem votadas, logo após a reunião da comissão. Vamos colocar um parêntese na nossa votação e vamos suspender a Sessão para que a comissão se reúna para dar parecer sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária, objeto da nossa reunião.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Departamento técnico desta Casa que envie para esta Mesa a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias que já foi aprovada na Comissão Especial e nas Comissões Conjuntas, para que possamos evoluir e levar ao conhecimento do plenário as matérias que estão em pauta. Lembrado aos telespectadores do canal 57.3, que estamos ao vivo para todo o município da nossa capital.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do requerimento nº 041/16, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 011/16, para analisar o nome do Senhor Rogério Martins Campos, indicado para exercer o cargo de Presidente da Fundação do Meio Ambiente e recursos Hídricos do Estado de Roraima, FEMARH, composta pelos Senhores Parlamentares Marcelo Cabral, Presidente; Brito Bezerra, vice-Presidente; Soldado Sampaio, Relator; Naldo da Loteria e Zé Galeto membros, requerendo nos termos do parágrafo 1º do artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após ouvir o plenário, prorrogação de prazo para o seu funcionamento por igual período.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - Lido o Requerimento nº 041/16.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado.

Esta Presidência acata o pedido de prorrogação do prazo da comissão por tempo fixado pelo seu relator, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 073/15. Os Deputados que a este subscrevem, com o amparo no artigo 31, Parágrafo 2º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 45 do Regimento Interno desta Casa, considerado denúncia anônima recebida pelo Ministério Público de Contas e repassada ao Presidente desta Casa de que, supostamente, o Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública estaria determinando escuta telefônica ilegal em linhas pertencentes a deputados Estaduais e demais autoridades do Estado, e também, cidadãos comuns, requerem a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, composta por sete membros, para, no prazo de 90 dias, apurar os possíveis ilícitos supracitados. Assinado pelos Deputados Angela Portella, Chico Guerra, Francisco Mozart, Izaías Maia, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Coronel Chagas, George Melo, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, José Galeto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Lido o Requerimento nº 073/15.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis

permaneçam como estão.

Dou por aprovado o requerimento.

Comunico aos Senhores Deputados, que conforme solicitação aprovada em plenário, está criada a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicito aos Senhores Deputados conforme a Constituição Estadual e o Regimento Interno, que encaminhem para a Mesa Diretora da Assembleia os nomes, proporcionalmente obedecido pelos partidos, para que possamos dar celeridade à matéria. Lembrando que aos Senhores que teremos a composição de sete membros para a comissão parlamentar, a chamada CPI do Grampo.

Comunico também, aos Senhores Deputados que dentre outras ações que estão apresentadas nesta Casa, levaremos também ao conhecimento...

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 006/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** - Lida a Proposta de Emenda à Constituição nº 006/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a PEC. Lembrando aos Senhores Deputados que a matéria necessita de 15 votos para aprovação, e que ela é apenas uma garantia constitucional que já está pré-fixada na Constituição Federal. Na verdade, o que está sendo feito é uma elaboração compacta do teor da matéria, não implica nem incita em absolutamente nada os trâmites legais da Constituição Federal que está acima da nossa Constituição.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero dizer que essa PEC é um pouco redundante, porque já é um pouco obrigatória pelo entendimentos do próprio TJ que obrigou várias vezes o Executivo repassar o duodécimo para os Poderes, assim como também, já é entendimento claro nas Constituições do Estado e Federal a obrigatoriedade do Governo repassar o duodécimo. Está previsto também na LDO e na LOA, inclusive, na LDO tem um dispositivo que prevê ao Executivo, somente em caso de redução de receitas, não repassar o duodécimo dos poderes. Ai sim, ele tem que justificar que a receita prevista naquele mês não foi como o programado, e justifica o atraso do duodécimo para os poderes. Nessa linha, Senhor Presidente, nós estamos apresentando uma Emenda, e ela é bem clara, simplesmente acrescenta a palavra Dolo, o descumprimento doloso das obrigações constitucionais constantes no artigo nº 114 desta Constituição, ou seu cumprimento de forma parcial, ou seja, abertura de processo. Nós estamos dizendo que só aplica esse dispositivo se comprovadamente, houver dolo por parte do executivo por não querer repassar o duodécimo dos poderes. Essa é a nossa Emenda. Eu gostaria que fosse analisada pelo Plenário. Senhor Presidente, a Emenda e questão assinada por vários Deputados.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vossa Excelência deseja fazer uma Emenda à Constituição?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Já apresentei a Emenda, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Existe uma Emenda em curso, do Deputado Sampaio, e não houve consenso a priori, mas precisa ser apresentada em Plenário. Coloco em votação. A votação será pelo processo nominal.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, eu peço ao grupo de Deputados G14 que vote contra a proposta do Deputado Sampaio, e vote pela Emenda original.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Pela Emenda original apresentada e que já foi analisada pelo Deputado Chagas, comparada com alguns Deputados, quero informar que isso não cria constrangimento nenhum para o Executivo e tampouco para o Legislativo, nós estamos apenas normatizando uma lei que está vigendo, que é a Carta Magna Federal.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, tendo em vista esse Projeto de Emenda à Constituição, na minha análise ele é redundante, pois a lei é clara e a governadora é responsável por cumprir o nosso duodécimo. Isso é constitucional. A Emenda do Deputado Sampaio, a PEC, ela tem sentido, na sustância jurídica, sentido de que ela cria um dolo, ou seja, se a governadora tiver os recursos suficientes para e enviar o duodécimo para os poderes e não enviar, é crime. Agora, se a governadora não tiver o recurso suficiente para enviar para os poderes, não podemos responsabilizá-la, porque não está na vontade dela enviar ou não o recurso. Portanto, sou contra a PEC em si, mas, nesse momento, perde o objeto, até minha votação pela Emenda. Todavia, se tiver que votar a Emenda de verdade, eu voto a favor da Emenda do Deputado Sampaio e contra a PEC.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero só informar aos Senhores Deputados que a Emenda do Deputado Sampaio modifica o

artigo 1º da Proposta de Emenda Constitucional 06/16, que cria outra redação, pois quando a Emenda é modificativa, ela modifica o texto original e incorpora outro texto.

O artigo 1º diz o seguinte; o texto Constitucional vigente passa a vigorar crescido no artigo 64º Alínea A, com seguinte redação: que o descumprimento e obrigações constitucionais no artigo 114º desta Constituição ou seu cumprimento de forma parcial, e seja também abertura de processo de crime de responsabilidade contra a Chefe do Poder Executivo Estadual, independente de denúncia ou representação dos legitimados, cabendo, portanto, à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima declarar o fato em Plenário e iniciar procedimento de instauração da Comissão processante. Parte do que está estabelecido aqui nesse artigo já é contemplado na Constituição Federal. A Emenda Modificativa, que modifica o efeito do artigo 64º, que foi combinado com os Senhores Deputados, do Deputado Sampaio, confronta o artigo e diz o seguinte: o descumprimento doloso das obrigações Constitucionais, constante do artigo 114 desta Constituição, ou seu cumprimento de forma parcial, enseja a abertura de processo por crime de responsabilidade contra a chefe do Poder Executivo.

O descumprimento doloso é se ela tem o recurso e não apresenta à Assembleia Legislativa, ou seja, ela está usurpando o direito constitucional, está abrindo mão. Essa é a Emenda. Só que essa expressão dolosa se confronta com três pontos: primeiro; o Estado de Roraima, no dia 10 desse mês, cálculos fornecidos pela Consultoria da Assembleia, teve uma arrecadação de 30 milhões de reais, 30 no dia 20. Na verdade, foram 44 milhões recebidos, valor bruto, aí você desconta valores que são obrigações do Estado, como o FUNDEB, saúde e outras questões, sendo que o Estado recebeu 29 milhões e oitocentos e setenta e seis mil líquido, e tem previsão para o dia 30 de 30 milhões. Se forem confirmados esses valores, o Estado recebeu durante esse mês, de fundo de participação estadual, 90 milhões de reais, arrecadação de ICMS, o estado recebe em média 65 milhões de reais, o que combina com 150 milhões de arrecadação. O estado tem uma variável de aproximadamente 25 milhões de imposto de renda, que é o que fica retido na estrutura organizacional do Estado, ou seja, são recursos que o Estado pode fazer deles o que bem quiser. O estado recebe em média 5 milhões só de IPVA, que incorpora na sua receita líquida orçamentária. E nós estamos falando, na pior das hipóteses, em 175 milhões, mas vamos imaginar que os números que estou apresentando não sejam números reais e que sofra um impacto de aproximadamente 20% do valor global, estamos trabalhando com uma receita de corrente líquida operacional vigente de 150 milhões de reais. As obrigações que o estado tem é com folha de pagamento, 13º, encargos sociais, a folha de pagamento do estado. Eu estou colocando como se ela estivesse em vigor desde o governo passado, que varia em torno de 90 milhões de reais. Hoje, ela está numa variável para um valor um pouco maior. A questão do repasse do duodécimo dos poderes varia em torno 50 milhões de reais. Então, nós estamos falando numa obrigação de 140 milhões de reais. Esses 140 milhões que o Estado está recebendo é suficiente para pagar o 13º, cobrir as obrigações dele e pagar sua folha de pagamento. Então, não justifica. O que o Poder Legislativo quer, na verdade, é desburocratizar e impedir que os servidores desta Casa, por exemplo, não recebam seus salários, não recebam suas fontes pagadoras, e nós até agora tivemos a obrigação e o cuidado de não atrasar o salário dos nossos servidores. Entendo que a obrigação do governo é zelar pelos servidores do estado e como é também das outras instituições, mas o Poder Legislativo é o único que não tem fundo específico dentro da sua estrutura, o Ministério Público, o Ministério da Justiça tem, o Tribunal de Justiça tem, todos esses órgãos já devem ter pago o 13º, bem como sua folha de pagamento, mesmo com seus duodécimos atrasados, só que o Poder Legislativo não tem nenhum fundo. O Poder Legislativo depende exclusivamente do seu repasse duodecimal para apresentar a seus servidores. Na verdade, era isso que eu gostaria de repassar aos senhores Deputados, para que os senhores tenham conhecimento e uma noção do que esse atraso significa.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a emenda esta prejudicada, até porque ela só tem quatro assinaturas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por prejudicada a emenda do Deputado Soldado Sampaio, por conter apenas quatro assinaturas, de acordo com o art. 39, da Constituição do Estado de Roraima que diz o seguinte: “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta, com a assinatura de 1/3 dos senhores Deputados”, ou seja, está prejudicada a emenda do Deputado Soldado Sampaio. Não é mais objeto de discussão por conter apenas quatro assinaturas.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de

Ordem – Senhor Presidente, não é uma emenda à Constituição, é uma emenda ao Projeto. Tudo o que vossa excelência leu se refere a uma emenda à Constituição. Não estou defendendo se ela deve existir ou não, estou apenas dizendo que o artigo citado se refere à emenda à Constitucional e não a uma emenda ao projeto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Bom, vou repetir o que diz o artigo 39 da Constituição do Estado: “A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: Inciso I – de no mínimo 1/3 dos membros da Assembleia Legislativa (Emenda Constitucional 17 – aprovada nesta Casa no dia 16/05/16). Inciso II – do Governador do Estado. Inciso III – de mais da metade das Câmaras Municipais, mas aí já não é o objeto que está se discutindo. Mas, estou respondendo através do artigo que diz que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de 1/3, só que nós estamos criando uma emenda para modificar a emenda da Constituição.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – O senhor entendeu, Presidente?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Sim, Deputada Aurelina, agora entendi, só quero que a Senhora me responda como vamos aprovar uma emenda a emenda da Constituição se ela não tem 1/3?

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Porque a emenda tem que ser aprovada pela maioria dos membros da Comissão. E quatro é a maioria dos membros da Comissão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Vou acatar o pedido da Deputada Aurelina, arguindo uma controvérsia em argumentos. Como não vou entrar no embate pessoal, vou colocar a emenda do Deputado Sampaio em votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Quero começar pedindo a atenção de vossa excelência. Vou citar uma poesia lá da minha terra, de um caboclo chamado João do Vale, um matuto que dizia o seguinte: “Ele viu a lavadeira pedindo sol, ele viu o lavrador pedindo chuva. Ambos tinham a mesma razão, ambos queriam sobreviver”, ou seja, não podemos criar um dispositivo constitucional que é fácil de ser contestado pela PROGE ao declarar a PEC inconstitucional, até porque, a Lei 1079/1950, senhor Presidente, é bem clara. Para haver procedimento, tem que haver denúncia e nós estamos contrariando esta Lei Federal. Nenhum procedimento pode ser aberto se não houver denúncia. De acordo com a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o crime de responsabilidade fiscal é de competência federal, nós não temos condições de legislar sobre responsabilidade fiscal, isso é matéria de competência da União Senhor Presidente. Mas, mesmo assim, assinei essa PEC, porque entendo a preocupação de vossa excelência, entendo e compreendo que é injustificável para o Governo do Estado ter sua arrecadação de acordo com a LOA e com a LDO, e lá na LOA está previsto o repasse do duodécimo, esta Lei foi sancionada pelo próprio Poder Executivo e o Executivo não pode deixar de cumprir aquilo que ele sancionou que é o repasse do duodécimo, assim como também é o cumprimento das emendas individuais que passou a ser obrigatória. Então, Senhor Presidente, cabe sim ao Executivo repassar. Agora, na própria LOA e na LDO que nós aprovamos diz o seguinte: “que não havendo a receita prevista dentro da LOA, cabe ao estado mandar um documento para a Assembleia justificando que as receitas não estão correndo dentro do previsto e a minha emenda nada mais é do que um complemento para a LOA e para a LDO. E aí temos clareza, como Vossa Excelência acabou de falar agora há pouco, e talvez nem fosse o papel de Vossa Excelência, mas sim da Comissão de Orçamento desta Casa, da qual faço parte, acompanhar, a cada dez dias, a arrecadação do estado, tanto de FPE como de receita própria, para montarmos um painel, a Comissão de Orçamento, e dizer à Mesa Diretora desta Casa o quanto o Governo do Estado arrecadou mês a mês. Então, é injustificável para o Governo do Estado não passar o duodécimo dos poderes. Mas, é o que vem ocorrendo, a prova disso é que temos vários projetos de abertura de crédito por excesso de arrecadação. Então, se o Governo não passar o duodécimo para os poderes de forma proposital, e nós, comprovando de fato a arrecadação prevista, aí sim haverá algo que leve a uma ação contra o Executivo. E, minha emenda simplesmente leva para esse sentido, estamos colocando uma redação que se houver dolo, se o governo deixar de repassar o duodécimo porque não quis, aí sim, cabe a esse Parlamento tomar as providências devidas, e não simplesmente ao não recebermos o duodécimo, abrimos um procedimento de afastamento da Governadora. Aí, Senhor Presidente, voltaremos para o verso do meu conterrâneo João do Vale, onde ambos os poderes precisam sobreviver. Nós não temos esse direito. É a mesma coisa que o Executivo mandar um Projeto de Lei, ou uma Emenda à Constituição, usurpando o poder da Assembleia.

Nós não podemos aceitar isso. Então, se de fato queremos regulamentar isso e construímos algo saudável, minha emenda feita por mim e por alguns colegas, só vem ajudar e deixar mais claro o campo de atuação do Legislativo e deixar mais claro as obrigações do Executivo. Por isso, peço aos colegas que acatem minha emenda. Nós, do G5, vamos votar a favor da Emenda Constitucional feita em Plenário e aí sim estaremos fazendo algo saudável para o Executivo e para os demais poderes, e fazendo algo que não teria contestação na justiça. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero dizer ao Deputado Sampaio que concordo plenamente com Vossa Excelência. Insisto novamente no art. 39 da Constituição Estadual que diz que precisa de oito assinaturas, em regra geral a matéria de vossa excelência estaria prejudicada, pois não contempla oito assinaturas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Não está prejudicada não. Não estou fazendo uma emenda à Constituição, estou fazendo uma emenda de Plenário que qualquer Deputado pode fazer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não no tocante à Constituição. Mas, quero dizer a vossa excelência que estou reconsiderando e vou colocar sua emenda para o Plenário julgar. Muito embora, entenda que sua emenda está prejudicada por se tratar de emenda constitucional, mas vou colocar para o Plenário decidir. Quero dizer mais uma coisa, Deputado Sampaio, não sei se vossa excelência percebeu, ou se os demais Deputados perceberam que nós não tivemos nossa festa junina este ano. Nós não tivemos festa junina este ano, porque tive que priorizar, ou faz a festa e deixa o servidor sem décimo terceiro, ou não faz a festa e paga o décimo terceiro do servidor. O Governo não pode reclamar de momentos difíceis se faz uma festa histórica diante de um cenário de crise que estamos vivendo hoje. É utópico dizer que o Governo não tem dinheiro e ao mesmo tempo cria condições para fazer festas e eventos que estão acontecendo em Roraima. Não vou entrar nesta questão, porque acho que o Governo tem que fazer sua parte, mas acredito que existam prioridades mais importantes que festas.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Sampaio, a poesia do seu conterrâneo representa muito bem este momento da Assembleia e do Governo do Estado, pois temos vários projetos por excesso de arrecadação na Casa, esperando para serem votados. Sua proposta fala que tem que punir. Se fôssemos aplicá-la, já começaríamos por aí. Enquanto isso, os servidores da Assembleia estão sem receber, todos têm famílias, têm filhos, escola, fazem festa, sai o décimo terceiro dos outros e aqui o duodécimo não é repassado, sendo que temos projetos para ser votados aqui por excesso de arrecadação. Então, eu vou ficar com o João de Barro. Entre o sol e a chuva, onde fica a Assembleia?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em votação. Votando sim aprovam a emenda do Deputado Sampaio e votando não rejeitam-na, já que está comprometida pelo artigo 39 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, eu peço que os colegas do G-14 votem não a emenda.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem- Senhor Presidente, eu quero tirar uma dúvida antes de votar. Precisa de dois terços para aprovar a emenda, ou é maioria simples?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A sua emenda está sendo objeto de votação neste momento, ganha quem tiver mais votos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Concordo com Vossa Excelência, só para dizer que a minha emenda não é emenda de constituição e sim emenda ao projeto. Então, não precisaria de um terço. Estou comprovando que tenho razão quando não coloquei as outras assinaturas, Senhor Presidente. Eu voto pela emenda, Senhor Presidente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, a emenda recebeu 9 votos sim e 12 não.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Fica prejudicada a emenda do Deputado Sampaio, conforme preceitua o artigo 39 da Constituição Estadual. Por insistência do Parlamentar e pela democracia do parlamento, nós colocamos sua emenda inconstitucional em votação.

Vamos seguir agora para a emenda propriamente dita ao artigo 64.

Em discussão a emenda.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, eu gostaria de deixar aqui para os nobres colegas Deputados que se aprovada essa emenda, que considero uma afronta à nossa Constituição,

será arguida pela Procuradoria Geral do Estado a inconstitucionalidade. Nós não podemos, de forma alguma, responsabilizar a Governadora do Estado, sem que haja motivos óbvios, sem que haja, como aqui disse bem claro o Deputado Sampaio, dolo. Nós temos os poderes constituídos, que recebem o duodécimo numa quantia, que podem muito bem atender todas as suas emendas. A Governadora do Estado tem se esforçado para mandar em dia esse duodécimo, cumprido com a nossa Constituição. De forma alguma, é necessária a aprovação dessa emenda constitucional. De forma alguma, essa emenda tem no texto a legalidade necessária para sua aprovação. Portanto, eu conclamo aos nobres colegas que votem não a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional. E já adianto a Vossa Excelência e a este poder que a partir do momento que essa emenda for aprovada aqui, por esta Casa, será arguida a inconstitucionalidade, porque é uma afronta à Constituição de nosso Estado. Obrigado, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Olha, Deputado, eu anotei tanta coisa aqui que até me assusta. A primeira delas foi que com a emenda à Constituição nós estamos abrindo mão de um direito constitucional nosso. Duodécimo é direito constitucional assegurado. Se a Assembleia não fiscaliza, está abrindo mão daquilo que é sua função precípua. Então, eu não vejo lei nem necessidade de lei para criminalizar quem deixa de passar duodécimo. Em dezembro passado, o judiciário e o legislativo fizeram isso. Houve contestação, porque foi feito errado. Mas foi feito. É direito. Está dito na Constituição Federal, inclusive que está acima da nossa. Infelizmente, no direito tem hierarquias de leis. E a hierarquia está aí. O que a nossa disser. Acho que não precisamos segurar recursos nem morrer com projetinho de remanejamento, porque nós não somos Executivo. Agora, se o Executivo fizer errado, vamos penalizar o Executivo, pois nós podemos fazer isso. Mas, parece que a gente não está querendo fazer as coisas. Então, eu acho que a falta do duodécimo já está ferindo o direito constitucional. Então vamos ver o que está acontecendo, vamos cobrar, porque é um direito nosso. Nós já fizemos isso em dezembro, pena que fizemos errado. Mas, não nós, foi o judiciário. Eu fico preocupada com esse tipo de lei que a gente quer fazer. E aí me parece, como alguém falou aqui, que a gente quer governar, que a gente não é legislativo, que a gente quer usurpar a competência de um poder e abrir mão da nossa, que é fiscalizar e punir. Essa é a nossa função. Os instrumentos que a gente tem nos garante isso.

E outra coisa que me preocupou. A gente fica aqui brigando por abertura de crédito. Eu lembro que nós deixamos sem um real para construção. Hoje, a gente está pedindo para abrir créditos para construção de ponte. E a gente fica sem querer fazer. Nós queremos governar? O que queremos fazer? Vamos exercer a nossa função.

E me preocupa outra coisa. O Deputado Jalsler fez uma conta boa do orçamento. Têm 70 milhões, 90 para pagar a folha, 51 para os poderes. E aí eu pergunto: Cadê as cadeias, cadê a segurança diária, cadê o reajuste salarial, a merenda, escolar, a estrada, as pontes? E isso eu estou falando do grosso da arrecadação. Têm 70 milhões, que não é o normal. Se a gente pegar o histórico do Estado, de liberação e arrecadação dos últimos 10 anos, é só pegar e colocar aqui. Eu sou acima de tudo na Assembleia, pois tenho muito tempo aqui. Acho que a gente tem que fazer valer o nosso direito. O nosso direito é o duodécimo sim. Não se discute. E temos meios para cobrar, para buscar, para fiscalizar, sem precisarmos usurpar a competência de ninguém. Obrigada.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Eu gostaria de, conforme o artigo 217, que os Deputados se ativessem, pois temos somente dois minutos de tempo para discutir a matéria.

O Senhor Deputado **George Melo**- Senhor Presidente, eu acho que esta Casa erra quando faz esse tipo de avaliação, ao fazer isso, no momento, contra a Governadora. Mas, não é contra a Governadora, a gente faz um projeto é para o Estado. Essa lei pode ficar em vigor 10, 20 anos e pode ser que daqui 30 anos ela fique obsoleta e mude de novo. Porém, acho que o parlamento amadurece e se engrandece quando faz leis olhando para a frente, para o futuro. Nós não podemos fazer leis pensando em determinado governador, gestor. Eu acho que quando a gente faz isso, a gente se apequena, e não é essa a nossa intenção. Nós estamos fazendo uma lei para preservar o duodécimo dos poderes, o que é constitucional, é legítimo. Que cada poder tenha a sua participação. Então, eu quero deixar esse registro, nesta manhã de hoje, para que a gente possa evoluir e amadurecer a democracia nesta Casa.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Eu queria requerer a Vossa Excelência, baseado no que preceitua o artigo 238 do Regimento Interno, o adiamento de votação desta matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Queria me solidarizar com o pedido de adiamento de votação

ao Deputado Chicão da Silveira, para nós orientarmos o nosso bloco. Hoje, nós temos um bloco que era o antigo G-3. E esse bloco, para nossa felicidade, ampliou para G-5. E nós não temos ainda um entendimento dentro do bloco sobre essa discussão. Então, queremos nos solidarizar ao Deputado Chicão da Silveira no adiamento de votação, Deputado Jalsler.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Senhor Deputado Chicão, o pedido de Vossa Excelência ainda está sendo analisado pela Mesa. Vou colocar em votação o Pedido de adiamento de discussão e a responsabilidade colocarei nas mãos do plenário e não da Mesa Diretora da Casa.

O Senhor Deputado **George Melo** – Oriente o bloco G14 a votar contra o adiamento.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – A votação será simbólica. Os Deputados que forem contra o adiamento de discussão permaneçam como estão. Rejeitada a matéria.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 006/16. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. Lembrando que a matéria precisa de 15 votos favoráveis para sua aprovação.

Votando “sim” os senhores deputados aprovam a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, eu voto não, ou seja, contra a PEC.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Dou por aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 006/16, em primeiro turno, por 17 votos favoráveis, 04 contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 005/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Proposta de Emenda à Constituição nº 005/15.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, estou apresentando 03 emendas e gostaria que fossem lidas e colocadas em discussão para o Plenário, depois discuto uma por uma. E deixo bem claro que estou apresentando emendas ao projeto da PEC, e que quando elas forem aprovadas em plenário, aí elas passam a ser de todos. Então, não precisa de oito assinaturas, Senhor Presidente, para eu apresentar uma Emenda em Plenário, seja de um Projeto de Lei, seja ele de uma PEC.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Deputado Sampaio, o Professor João de Carvalho, Doutor em Direito, trabalha nesta Casa há 24 anos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Onde é que consta no Regimento, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Acabei de citar o artigo 39, mas vou novamente respeitar o que Vossa Excelência coloca.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, solicito que as emendas sejam lidas individualmente e colocadas em votação individual também.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – É só Vossa Excelência fazer chegar em minhas mãos. Vamos evoluir para a votação.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Emenda Aditiva ao Caput do artigo 101, alínea “a” do texto constitucional.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira**- Lida a Emenda Aditiva ao caput do artigo 101.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão a Emenda Aditiva.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovada a primeira emenda aditiva ao texto original da PEC.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da segunda Emenda Aditiva ao artigo 2º da Proposta de Emenda Constitucional nº 05/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Lida a Emenda Aditiva ao artigo 2º.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão a Emenda.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a segunda Emenda Aditiva

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da terceira Emenda Aditiva ao artigo 2º.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** — Lida a Emenda Aditiva.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Quero comunicar aos Senhores Deputados que a Emenda trata-se de 100% para o fundo especial de sucumbência dos respectivos entes públicos, e não 70%, como eu havia lido, instituídos por Lei Complementar com a finalidade de capacitação e valorização profissional.

Coloco em discussão a Emenda.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Emenda.

Coloco em discussão a PEC nº 005/16 contemplando as emendas que retira a sucumbência dos Procuradores-Gerais do Estado como também proíbe a advocacia.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será pelo processo eletrônico. Votando “sim” os Senhores deputados aprovam a matéria, votando “não”, os Senhores Deputados rejeitam-na.

Solicito a liberação do painel para votação. Lembrando aos Senhores Deputados que como se trata de Emenda à Constituição, para aprovar a matéria precisa-se 3/5, ou seja, 15 votos favoráveis.

Quero pedir aos Procuradores do Estado que se mantenham sentados, pois estamos em votação para que não façam nenhum tipo de constrangimento com os Senhores deputados que estão em plenário. É o respeito a uma instituição, respeito ao Poder Legislativo e uma relação amistosa entre a democracia. Muito obrigado.

Comunico que as emendas constantes no projeto original do Deputado Sampaio, retiram a sucumbência dos procuradores e transferem todas para o fundo estadual, e retiram também o direito de advocacia.

Dou por aprovada a PEC nº 005/16 com suas emendas com 18 votos sim, 02 votos não e nenhuma abstenção, em primeiro turno, sem o voto da Deputada Angela Portella, pois retirou-se do plenário.

Será votada em seguida o segundo turno, tão logo encerremos a Sessão.

Vamos votar a Lei de diretrizes Orçamentárias. Quero comunicar aos Senhores Deputados que já ultrapassamos o horário regimental. Prorrogo a sessão pelo tempo necessário para conclusão da Ordem do Dia.

Comunico aos Senhores Deputados que haverá Sessão Extraordinária logo após o término da Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 039/16.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem — Senhor Presidente, requeiro de Vossa Excelência o adiamento da discussão da matéria.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — É a LDO, Deputado Chicão, ela não pode ter pedido de adiamento de discussão.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** - Requeiro que o Deputado Naldo, leia apenas o que foi discutido em comissão, pois já é de conhecimento de todos os Deputados o teor do projeto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Requeiro ao Deputado Naldo que faça à leitura do relatório, por solicitação do Deputado Marcelo Cabral e acatado por esta Mesa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** -Lido o relatório ao Projeto de Lei nº 039/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não” rejeitam-na com as emendas apresentadas em plenário.

Solicito a abertura do painel para votação.

Lembrando que se a LDO não for aprovada, está cancelado o recesso legislativo de 2016, referente ao mês de julho, que será de trabalho, considerando a falta dos Senhores Deputados e apresentado em diário oficial.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem — Deliberação do G14 é sim à LDO com suas emendas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** —Presidente, votando a LDO hoje, nós estaremos de recesso?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Não.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** — Como fica as aberturas de créditos, a PEC em segundo turno.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — As sessões voltarão na

quinta-feira, no horário normal. As sessões serão encerradas no dia 30.

Está pautada para a sessão de quinta-feira os entendimentos e as aberturas de crédito referentes ao governo do Estado. Os Senhores Deputados analisarão, conforme o que preceitua o artigo constitucional e o Regimento da Assembleia.

Requeiro ao Deputado Izaías Maia que faça a relação, incluindo esta presidência, para analisar o quórum desta Sessão. Lembrando aos senhores Deputado que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelo Regimento Interno da Assembleia e pela Constituição Federal, pode ser aprovada por maioria simples, ou seja, a maioria dos Senhores Deputados presentes.

O Senhor Segundo Secretário **Izaías Maia** — Presentes em plenário os Senhores Deputados **Coronel Chagas, Chico Mozart, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho e Zé Galetto.**

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Portanto, há quórum qualificado para votação. 13 Deputados em plenário.

Encerrada a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 039/16, LDO, com 12 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

Quero comunicar aos senhores Deputados que quinta-feira teremos Sessão Normal.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor Presidente, quero agradecer à Presidência desta Casa pelo apoio que foi dado hoje no plenarinho durante a realização do I Seminário de Valorização da Vida. Foi instalado hoje a (CVV), aqui em Roraima com a coordenação nacional do CVV, que é o Centro de Valorização da Vida, que realize um trabalho não governamental que existe desde de 1962, no Brasil, e que é uma das entidades comprovadamente premiadas como uma entidade que trabalha contra o suicídio. O Deputado Evangelista Siqueira, hoje, fez a abertura do Seminário, tivemos a participação de muitas pessoas voluntárias, de entidades governamentais e não governamentais que vão auxiliar nesse novo trabalho que a Assembleia Legislativa, por meio do CHAME, está apoiando que se instale aqui e nós possamos enfrentar essa doença tão grave na nossa sociedade, chamada depressão. E quem ainda quiser participar desse trabalho contra o suicídio, pode procurar o nosso gabinete no primeiro piso que estaremos abertos a dar as orientações necessárias. E fica aqui a gratidão desse CVV Nacional.

O Senhor Deputado **George Melo** — Senhor Presidente, gostaria de convidar os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, Deputados Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Brito Bezerra, Aurelina, Coronel Chagas e Mecias de Jesus para uma reunião após a Sessão.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** — Senhor Presidente, quero informar que recebi uma informação de que haverá uma mudança da ESCOLEGIS, parte da estrutura da Assembleia, para um novo prédio bem mais adequado para o funcionamento dessa estrutura do Poder Legislativo. Acabamos de assumir a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Casa, que eu reputo como uma das comissões mais importantes deste Poder. Quero fazer um apelo a Vossa Excelência que seja cedida uma sala na nova instalação do prédio da ESCOLEGIS, a fim de expandir os trabalhos da Comissão. Vamos usar um telefone com ampla divulgação para que as pessoas possam ter, na Comissão de Direitos Humanos, o apoio que o Poder Legislativo tem que dar, através da Comissão dos direitos Humanos. Vamos colocar uma equipe para dar todo apoio àquelas pessoas que se sentem lesadas naquilo que é o direito mais sagrado, que é o direito da ampla defesa e do contraditório, da Carta Magna do nosso País.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** — Informo ao Deputado Joaquim Ruiz que a Casa dará total suporte para que a Comissão desenvolva seu trabalho com maestria.

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente Sessão e convocou outra para o dia 30 de junho, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

**Ata Sucinta Aprovada em: 29/06/2016**